

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História



LUANA SANTOS

***POR EL LOGRO DE LA IGUALDAD DE
GÉNERO Y POR LA DEFENSA DE NUESTRO SOCIALISMO:
A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA VIDA
SOCIAL CUBANA (1958-2008)***

PORTO ALEGRE

2015

Luana Santos

***POR EL LOGRO DE LA IGUALDAD DE
GÉNERO Y POR LA DEFENSA DE NUESTRO SOCIALISMO:
A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA VIDA
SOCIAL CUBANA (1958-2008)***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História pelo curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientador: Prof. Dr. Mathias Seibel Luce

PORTO ALEGRE
2015

Luana Santos

*POR EL LOGRO DE LA IGUALDAD DE
GÉNERO Y POR LA DEFENSA DE NUESTRO SOCIALISMO:*
A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA VIDA
SOCIAL CUBANA (1958-2008)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciada em História pelo curso de
História da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul – UFRGS.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mathias Seibel Luce (orientador)

Prof. Dra. Claudia Wasserman

Prof. Dra. Clarisse Castilhos

Dedico este trabalho à memória de Vania Bampirra, falecida poucos dias antes de sua apresentação.

Aquí, no solo luchan los hombres; aquí, como los hombres, luchan las mujeres; y cuando en un pueblo pelean los hombres y pueden pelear las mujeres, esse pueblo es invencible. (Fidel Castro)

AGRADECIMENTO

Antes de tudo, existiram dois responsáveis por tudo isso, meu pai e minha mãe. Vocês sempre buscaram a melhor educação possível pra mim e sempre acreditaram na minha capacidade em ir sempre além. Eu sempre busquei fazer com que sintam orgulho de mim. Obrigada pelas conversas, pelos fins de tarde na cozinha, tomando chimarrão e me perguntando como estava a faculdade e o TCC. Obrigada pelos incentivos e também pelas cobranças. Obrigada, principalmente, por todo o amor e carinho que depositaram em mim, Marcos e Luciana. Agradeço ainda a nova família que eu ganhei e que são muito especiais pra mim: Volnei, Eliete, Yuri, Fernando e Carol.

Agradeço ao meu orientador Mathias Seibel Luce pelas palavras de incentivo, pelo apoio na escrita, pelas boas aulas de América III, que me fizeram gostar do tema, pela imensa vontade e entusiasmo de ensinar e pela dedicação ao marxismo, que me fizeram seguir a mesma linha teórica.

Agradeço imensamente as amigas, primeiramente às cacheadas e feministas do meu coração Luiza e Alice, pelas risadas e o companheirismo. Às amigas e aos amigos que estão junto comigo nessa barra que é a história Thamirez, Hariagi, Suélen, Janaína, Stéfani, Renata, Priscila, Stella, Paulo e Alejandro. À amiga mais velha e “tia” querida, por toda a preocupação e ajuda, Loiret. À minha prima e primeira melhor amiga, a minha japa preferida, Vitória.

Agradeço também aqueles meninos que foram meus primeiros amigos, que me ensinam e inspiram a tentar ser a melhor irmã mais velha que eu posso ser. Perdoem as brigas, os gritos de repreensão, e muito obrigada pelas risadas, pela confiança, pelas conversas sérias onde eu pude passar alguma coisa de mim pra vocês, esperando que aproveitassem cada palavra que eu pudesse dar. Pedro e Rodrigo, vocês são os meus primeiros melhores amigos.

Por último, quero agradecer imensamente aquele que me inspira todos os dias a me tornar uma pessoa melhor. Quero muito agradecer pela troca mútua e maravilhosa de experiências e de sonhos. Obrigada a ele que foi também o maior responsável por esse TCC, depois de mim, pois me ajudou de todas as formas possíveis na elaboração deste trabalho, podendo chamá-lo de meu co-orientador. Ele que me inspirou na escolha do tema, Cuba, e na escolha do referencial teórico, o marxismo. Ele que me inspira sempre na busca de um mundo melhor e mais digno para todos, que vai seguir na luta comigo sempre, pela revolução dos corpos e mentes. Obrigada, principalmente, por todo o seu amor, Rhenan.

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar a forma como se deu o processo de integração da mulher na sociedade cubana e de superação das antigas estruturas patriarcais existentes até o ano de 1959. Essa pesquisa teve como fonte uma publicação que traz uma série de dados estatísticos organizada pela *Federación de Mujeres Cubanas*. A partir de uma perspectiva histórica marxista sobre a emancipação da mulher, buscamos compreender quais foram as dinâmicas deste processo nos diferentes contextos compreendidos entre os anos de 1958 e 2008. Nossos resultados parecem demonstrar que ocorreram significativos avanços nesse sentido, ainda que o seu desenvolvimento seja irregular e permaneça incompleto. De modo geral, podemos sintetizar nossas conclusões afirmando que a busca pela emancipação feminina se inicia precocemente, após a revolução; e que, apesar das profundas adversidades encontradas, houve a manutenção das conquistas sociais obtidas.

Palavras-chave: Revolução Cubana, mulher, socialismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I – A VISÃO SOCIALISTA SOBRE A EMANCIPAÇÃO DA MULHER.....	13
1. Monogamia, propriedade privada e opressão de gênero.....	14
2. Socialismo, capitalismo e a questão do trabalho.....	17
3. A experiência soviética.....	21
4. Mulher, capitalismo e marxismo.....	25
CAPÍTULO II – A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE CUBANA PÓS-59: MUDANÇAS EM PERSPECTIVA.....	29
1. A mulher e a questão do trabalho assalariado.....	32
2. Educação e a mulher.....	36
3. Mulheres na ciência.....	41
4. Saúde e direitos reprodutivos.....	42
5. Participação política da mulher.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	55

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é o de realizar uma breve análise das conquistas sociais e políticas obtidas pelas mulheres cubanas após a vitória do processo revolucionário, em 1959. Para tanto, foram analisados dados estatísticos que mapearam essas dinâmicas, entre os anos de 1958 e 2008. Nesse intervalo de tempo, são observadas importantes mudanças na vida das mulheres desse país, fruto de políticas estatais, de reivindicações advindas da própria população feminina e, além disso, das reivindicações feitas pela *Federación de Mujeres Cubanas* (FMC), importante organização de massas exclusivamente feminina.

Esse processo, naturalmente, não é imune a conflitos, avanços e retrocessos, marca de todas as experiências radicais de transformação revolucionária. Como nos lembra Martorano, “o socialismo, devido a presença da luta de classes, é uma sociedade intrinsecamente conflituosa e não harmônica”.¹ Buscaremos, sempre que possível, levar em consideração esse movimento não-linear das transformações, que aparece muitas vezes ao analisarmos os dados encontrados.

A FMC, nesse contexto, se coloca como um importante canal para a atuação das mulheres após a revolução. Politicamente, como demonstraremos, a *Federación* reitera a necessidade de uma maior participação das mulheres nesses debates. Além disso, parece ser claro que existe a consciência de que esse processo não se dá sem rupturas. Discutiremos essa questão mais a fundo, mas cabe lembrarmos que:

A vontade de *mudar* não pode excluir o *destruir*. Vemo-lo claramente com o Estado. A revolução não pode se aninhar na forma do Estado burguês/capitalista, simplesmente substituindo o corpo político, elaborando um novo programa e tomando medidas de urgência, mantendo seus aparelhos intactos. O problema não está no condutor, mas na máquina.²

O presente trabalho, por sua vez, se organiza a partir de dois momentos. No primeiro capítulo, apresentamos uma discussão acerca da visão socialista sobre a emancipação da mulher, por entendermos que é fundamental termos claramente esse marco teórico para que os demais momentos do texto tenham sentido. Dessa forma, partimos de uma concepção fundamentalmente marxista sobre a emancipação da mulher e suas dinâmicas. Não

1 MARTORANO, Luciano Cavini. **Conselhos e Democracia**: em busca da socialização e da participação. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 98.

2 LABICA, Georges. **Democracia e Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 44.

descartamos, por outro lado, contribuições advindas de autoras que pensam essa problemática partindo de outros marcos teóricos. Mas isso foi feito levando em consideração que estas não contradissem pontos que consideramos como essenciais e fundantes para o marxismo. Já no segundo capítulo, vamos nos debruçar sobre a nossa questão central, analisando as mudanças na vida social e política das mulheres cubanas após a revolução através dos dados que obtivemos analisando a nossa fonte. Naturalmente, este capítulo é mais extenso do que o primeiro, dada a sua importância central.

É importante que reforçemos nossa opção teórica, antes de prosseguirmos para novas discussões. Para Maria Auxiliadora César, existem duas razões para se utilizar a teoria marxista para entender a questão do bem-estar e como base teórico-analítica para entender as políticas sociais relativas à mulher. A teoria marxista é utilizada nesse caso por dois motivos, o primeiro “por ser uma concepção totalizadora da sociedade, pois a analisa como um conjunto de múltiplas determinações, oferecendo elementos sobre a natureza e o desenvolvimento da questão da igualdade, em suas dimensões econômicas, políticas e filosóficas” e segundo “por ser uma teoria normativa preocupada com a superação do capitalismo, oferecendo uma visão particular dos problemas relacionados à desigualdade social nesse modo de produção e comprometendo-o com a construção de uma sociedade efetivamente igualitária”.³ Dito isso precisamos apresentar mais detidamente nossa fonte e o órgão responsável por ela.

No dia 23 de agosto de 2010, quando então se completaram 50 anos da criação da *Federación de Mujeres Cubanas*, esta, em união com a *Oficina Nacional de Estadísticas de Cuba* (ONE) publica o livro *Mujeres Cubanas: estadísticas y realidades*⁴, dedicando-o à presidenta da *Federación*, morta poucos anos antes, Vilma Espín Guillois. A realização da obra e as mudanças ocorridas no seio da sociedade cubana foram possíveis graças à vontade política do governo Cubano, associado ao trabalho da FMC e à luta e perseverança das próprias mulheres, integradas nesse processo. Neste livro, encontra-se uma série de gráficos e dados estatísticos que nos mostram a situação da mulher na ilha com relação aos homens e em comparação com antes da revolução e depois desta. Neles, podemos observar melhorias nas condições de vida das mulheres cubanas. Utilizarei este trabalho para buscar entender melhor quais foram os resultados gerados dessa busca pela libertação feminina na Cuba pós-59,

3 CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Mulher e política social em Cuba**: o contraponto socialista ao bem-estar capitalista. Brasília: Edições Alva, 2005, p. 20.

4 OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Mujeres cubanas**: estadísticas y realidades 1958-2008. La Habana: ONE, FMC e UNFPA, 2008.

percebendo com isso como, a medida que os anos se passavam, essas mudanças foram ocorrendo até os anos finais de abrangência do material, que chega até 2008 em suas análises de dados.

Cuba, desde 1959, impulsionou a criação e desenvolvimento de bases econômicas, políticas, ideológicas, jurídicas, educacionais, culturais e sociais que garantissem a igualdade de direitos, oportunidades e possibilidades a homens e mulheres. Buscando transformar, assim, as condições de discriminação e subordinação da mulher, presentes até aquele momento, eliminando estereótipos sexuais tradicionais e reconceituando seu papel na sociedade e na família. Para isso, contou com o fundamental auxílio e a participação da FMC, sendo este “espacio propio de las mujeres para promover, impulsar y canalizar su disposición a la participación y sus inquietudes e intereses”.⁵

A FMC desenvolve, então, um papel importante na formação da estrutura da organização feminina em Cuba. Nela se começa de baixo pra cima, com as mulheres organizando sua base de atuação na comunidade e nas instituições de trabalho. Há representantes, além disso, nas estruturas políticas do governo e do Partido Comunista Cubano (PCC), em âmbito tanto municipal, quanto provincial e nacional.⁶ A *Federación* se estrutura por uma vasta rede de canais que permitem uma ampla participação das mulheres em seu interior e que articula suas ações com aquelas desempenhadas por outros grupos.⁷ “Da FMC participam todas as organizações políticas e de massas do país e no início da Revolução foi a FMC a coordenadora dessa política social dirigida à mulher”.⁸ Esses canais de participação não são, contudo, totalmente eficientes. Dentre as limitações encontradas temos a falta de conhecimento desses sistemas por parte de muitas mulheres, além da insuficiente intervenção da FMC em todas as organizações de base desta, como eventualmente ocorre.⁹

As interpretações sobre o papel da *Federación*, contudo, não são monolíticas. Bobes afirma que a FMC nunca teve como objetivo a defesa da igualdade de gênero ou o feminismo, mas buscou priorizar os interesses do Estado sobre os da mulher. Desde o início, teria sido um espaço para envolver a mulher cubana no projeto revolucionário e socialista, principalmente, não necessariamente pretendendo superar as formas de opressão que estas sofriam. Na década

5 SUÁREZ, Mayda Alvarez. **Mujer y poder en Cuba**. La Habana: Temas, no. 14: 13-25, abril-junio de 1998, p. 16.

6 CÉSAR, Op. Cit., p. 90.

7 IDEM, Ibidem, p. 130.

8 IDEM, Ibidem, p. 131.

9 BOBES, Velia Cecilia. **Participación vs. Identidad**: mujeres em el espacio público cubano. Distrito Federal (México): Perfiles Latinoamericanos (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales), núm. 15, 2000, p. 106.

de 80, porém, a desigualdade numérica de mulheres em certos lugares teria trazido a necessidade de se criarem políticas que beneficiassem a mulher. Mesmo assim, a igualdade de gênero nunca teria sido prioridade. Ela acredita que esta organização sempre trabalhou pelo interesse do povo cubano no geral e não das mulheres, apenas.¹⁰ Outros autores, como Saddi e Melo concordam com essa crítica.¹¹ Os dados que apresentaremos, contudo, não parecem corroborar com o que esta autora apresenta, na medida em que as transformações ocorridas foram muito mais concretas e profundas do que aquelas que poderiam decorrer de uma organização meramente interessada em mediar as relações entre o PCC e a população feminina do país. Afirmar que a FMC não se pauta pela defesa da igualdade de gênero, fundamentalmente, nos parece uma levianidade.

Outra característica da FMC e das demais organizações de massa, conforme trazido por Bobes, é que são organizadas de forma excessivamente “institucionalizada”, mecânica, dando pouco espaço para a autonomia individual e para criações nascidas desses sujeitos. Dessa forma, sua principal função seria a educação e o controle dessas mulheres. A autora considera que se privilegia, nas organizações de massa, a busca por um consenso, por uma “unanimidade”, através da criação de objetivos únicos que abarquem toda a sociedade e direcionem sua ação no sentido dos interesses expostos pelo Estado. Essa perspectiva universalista teria, contudo, trazido alguns benefícios para as mulheres.¹² Assim como no caso anterior, essa hipótese, ainda que possível, é de difícil comprovação. Temos indicações bastante fortes, sobretudo nos anos mais recentes, de que existe sim um importante processo de criação, bastante autônomo e muitas vezes contrário ao que poderia ser pensado hegemonicamente dentre os quadros do PCC.

Nesse sentido, segundo Macías, dentre as organizações de massa em Cuba, a FMC seria a mais transgressora e revolucionária, buscando subverter a ordem e lutando frente a 500 anos de cultura tradicionalmente desigual para as mulheres. Desde os anos 1990 a FMC também estaria adotando pontos de vista mais abertos sobre diversas questões e sugerindo novos espaços de debate, também acadêmicos, com temas como a questão da sexualidade e o controle das cubanas sobre seu próprio corpo, além de assumir, progressiva e gradualmente, o enfoque de gênero.¹³ Essas conquistas para a mulher cubana não devem ser menosprezadas.

10 BOBES, Loc. cit.

11 SADDI, Rafael & MELO, Érica Isabel. **Gênero e Revolução Cubana**: reflexões sobre as relações de gênero no Exército Rebelde. Marnigá: Diálogos, v. 16, n. 13, sext.-sez./2012.

12 IDEM, Ibidem, p. 112.

13 MACÍAS, Joseba. **Revolución Cubana**: Mujer, Género y Sociedad Civil. Disponível em <<http://www.vientosur.info/documentos/Cuba%20%20Joseba.pdf>>. Consultado em 20/10/2015,

De fato, elas parecem, dado o ponto de partida social ao qual elas se construíram, suficientemente transformadoras para serem consideradas como legitimamente revolucionárias.

Nesse ponto, não parece exagerado atribuir parcialmente, a partir de uma perspectiva histórica pensando em mentalidades e processos de longa duração, os bons resultados cubanos em comparação com o resto da América Latina [...] ao que essa identidade nacional feminina possibilitava no âmbito de participação política, entrada na força de trabalho e relação positiva entre os esforços por direitos das mulheres, o regime e o nacionalismo inerente a ele, por mais que existissem ambiguidades, limitações e elementos problemáticos permeando a equação.¹⁴

Essa concepção também é corroborada por Maria Auxiliadora César:

Pode-se afirmar que a mulher apresenta um perfil que lhe confere um lugar relevante quanto à sua participação em todas as esferas da vida socioeconômica e política de Cuba (família, saúde, educação, trabalho, partido), e apesar dos problemas já apontados [...] é indiscutível a mudança que se produziu na construção desta identidade, isto é, o trânsito de uma posição invisível e passiva para outra de visibilidade, como partícipe do fazer social.¹⁵

Tendo essas questões iniciais em mente, podemos passar para o esclarecimento de nossas opções teóricas de forma mais detida, no capítulo 1, com temas específicos como a monogamia, propriedade privada e opressões de gênero; socialismo, capitalismo e a questão do trabalho; a experiência soviética e mulher, capitalismo e marxismo. No capítulo 2, nos deteremos em nossa fonte, e analisaremos a bibliografia a respeito, realizando a síntese dos dados e das discussões a respeito. Discutiremos quais conclusões, mesmo que provisórias, podemos ter atingido em nossa análise.

p. 22.

14 PEREIRA, Igor Martin. **Mambisas, feminismo e identidade nacional feminina cubana**. Epígrafe, São Paulo, Edição Um, 2014, p. 48.

15 CÉSAR, Op. Cit., p. 122.

CAPÍTULO I

A VISÃO SOCIALISTA SOBRE A EMANCIPAÇÃO FEMININA

O trabalho aqui apresentado vai ao encontro de uma visão socialista da história das mulheres em Cuba. A pesquisa se situará em um espaço de tempo que vai desde o fim de sua revolução armada em janeiro de 1959 até 2008, ano limite de nossa fonte. O período que Cuba vive em meados do fim da década de 50 e começo da década de 60 é chamado de período da revolução, onde a partir da data de janeiro de 1959, diversos avanços se iniciam com a tomada do poder pelos revolucionários. O que se segue desde então é o aprimoramento e esforço para assegurar a melhoria do país em todos os níveis sociais e econômicos. Porém, algo importante que deve se ter em mente é o quanto a participação das mulheres neste país foi e ainda é fundamental neste caminho socialista. Reivindicar a importância da história das mulheres significa ir contra as definições de história e de seus agentes até então estabelecidos como verdadeiros, conforme desenvolve Joan Scott¹⁶. Não é simplesmente adicionar algo que faltava antes, mas sim um suplemento a história estabelecida e um deslocamento radical desta. A história das mulheres busca entender como surge a prioridade dada ao que podemos chamar de uma história dos homens em relação àquela que inclui as mulheres entre seus agentes e questiona esta mesma hierarquia existente. A história como está é incompleta e o domínio que os historiadores têm do passado é necessariamente parcial¹⁷. Na história de Cuba e de tantos outros países do mundo, a história feita por mulheres é muitas vezes ignorada pelos historiadores.

A emergência da história das mulheres ocorre junto à emergência da categoria “mulher” enquanto identidade política. A partir de então, a opressão da mulher passa a ser compreendida como consequência de sua invisibilidade histórica e da tendenciosidade masculina. A história das mulheres atinge legitimidade no momento em que afirma a distinção nas variadas formas como a natureza e a experiência se manifestam para as diferentes mulheres, consolidando, assim, uma identidade coletiva mais complexa.¹⁸ As historiadoras e historiadores dedicados ao tema pretenderam integrar as mulheres à história, não apenas “acomodando-as” nessa nova concepção, mas “corrigindo” a anterior. Mesmo sendo recebida

16 SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992, p. 77.

17 IDEM, Ibidem, p. 79.

18 IDEM, Ibidem, p. 84.

com grande entusiasmo e otimismo, a integração das mulheres e a reformulação da história era – e, em muitos sentidos, continua sendo – algo difícil de conseguir, dada a resistência de muitos historiadores.¹⁹

Scott entende a teoria e a política não como dimensões separadas, mas unidas e articuladas. Porém, o conceito de experiência, em alguns de seus usos, vem sendo usado para opor teoria e política, trazendo problemas para os historiadores, que devem criticá-lo em nome do rigor. As historiadoras e historiadores das mulheres sempre permaneceram em constante luta contra as tentativas de relegá-los a posições estranhas, resistem quando insistem em argumentar que o que eles fazem é uma história de menor importância. Suas vidas profissionais e seu trabalho são necessariamente políticos devido a isso. Não há jeito de evitar a política – as relações de poder – do conhecimento e dos processos que o produzem. A história das mulheres, portanto, é um campo inevitavelmente político.²⁰

Nesse sentido, o trabalho que se apresentará aqui abordará a experiência de um país que busca a emancipação das mulheres através de uma alternativa socialista de sociedade, pela visão e experiências passadas deste caminho. O que pretendemos com esse capítulo é articular um arcabouço teórico que nos forneça condições para a pesquisa proposta. Dadas as suas particularidades, pensemos de que forma se dá a relação entre mulheres e socialismo.

1. Monogamia, propriedade privada e opressão de gênero

A monogamia surge diretamente da propriedade privada, e esta, seja de objetos ou de pessoas, ou a combinação de ambas, é responsável pela opressão de que é alvo a mulher na família monogâmica.²¹ Eleanor Burke Leacock nos revela diversas questões com os quais Engels trabalha em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, entre as quais o Comunismo Primitivo, e nos dá um panorama do que foi tratado sobre o assunto entre antropólogos e estudiosos. Entre eles, principalmente Morgan, estudioso das comunidades primitivas com quem Engels discute e dialoga bastante em seu livro, resgatando muitas das descobertas que este autor nos ofereceu em seus estudos, porém ampliando sua obra e mesmo pensando em enfoques diferentes do que o autor fez.

A concepção materialista de família, momento determinante da história, é em última

19 IDEM, *Ibidem*, p. 76.

20 IDEM, *Ibidem*, p. 95.

21 SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 119.

instância a produção e a reprodução da vida imediata. Sendo esta a produção dos meios de existência e a produção do ser humano mesmo, a sua reprodução. A ordem social em que vivem as pessoas de determinada época ou determinado país está condicionada por esses dois modos de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho e da família. A monogamia surge desde o começo só valendo para a mulher.²² No casamento monogâmico, a família nuclear surge como unidade econômica básica da sociedade, na qual a mulher e os filhos se tornam dependentes de um homem. Essa transformação surge junto de relações de classe exploradoras, e resulta na opressão das mulheres que existe até hoje. Essa transformação faz com que a descendência seja determinada pelo direito paterno, não mais pelo materno, como ocorria até então. A posição das mulheres em relação aos homens se deteriora com o surgimento da sociedade de classes.

Dados etnográficos relatados demonstram, segundo Leacock, que em comunidades primitivas o trabalho doméstico era comunal e a divisão de trabalho entre os sexos era recíproca, a economia não envolvia a dependência da mulher e dos filhos do marido. Alimentos, caças de grande porte e o que era produzido no campo eram divididos entre um grupo de famílias. As crianças pertenciam ao grupo como um todo e crianças órfãs nunca ficavam sem família. Mulheres não precisavam suportar as injustiças cometidas contra elas de homens enfurecidos, por temerem sua privação econômica. Uma esposa maltratada podia pedir aos seus parentes para fazer justiça ou podia deixar o marido se não houvesse solução. Nas sociedades primitivas comunais não existia distinção entre mundo público masculino e mundo privado de afazeres domésticos femininos. O grande serviço doméstico coletivo era a comunidade, nele os dois sexos trabalhavam para produzir os bens necessários ao sustento. Na sociedade comunal primitiva, as decisões eram tomadas pelos que as executavam, por isso os homens decidiam sobre a guerra e a caça. Isso não quer dizer que eles eram os “governantes”, no sentido ocidental.²³

Infelizmente, o debate sobre o status das mulheres nessas sociedades ignorou o seu verdadeiro papel. Diversos estudos mostram que clãs de povos horticultores eram em geral matrilineares e que as mulheres frequentemente participavam de maneira formal na tomada de decisões políticas. Morgan descreve o poder que as mulheres mais velhas exerciam em determinadas comunidades com relação à nomeação e remoção dos caciques, além também da

22 LEACOCK, Eleanor Burke. Pós-fácio: Introdução à edição estadunidense. In: ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 250.

23 IDEM, *Ibidem*, p. 255.

importância das rainhas-mães na África. O matriarcado, no sentido do poder exercido pelas mulheres sobre os homens, comparável ao que os homens mais recentemente exercem sobre as mulheres, nunca existiu. Porém, seu status nas descendências matrilineares era bem maior do que se pensava. Os sistemas matrilineares foram desaparecendo e sendo substituídos pelos patrilineares com o surgimento e desenvolvimento das relações exploradoras de classes.²⁴

Os laços patrilineares-patrilocais, segundo revela a pesquisa de Leacock²⁵, se fortalecem às custas dos laços matrilineares-matrilocais após o contato europeu, sob a influência de missionários, de agentes governamentais e especialmente sob o comércio de peles. Muitas pesquisas e estudos que entendem o papel da mulher como pequeno em antigas sociedades não levam em conta o forte impacto que teve o colonialismo nos povos descritos e geralmente se concentram nas atividades e assuntos dos homens. Os missionários que chegavam nesses povos na época do colonialismo repreendiam os homens das comunidades por não serem os senhores das famílias, dizendo que na Europa as mulheres obedeciam a seus maridos. Uma das suas preocupações era a de fazer com que as mulheres obedecessem os homens, sobretudo em relação à liberdade sexual, sob o argumento de que a liberdade sexual das mulheres dificultaria o reconhecimento da paternidade de seus filhos.²⁶

Segundo Engels, a igualdade legal é um importante meio para libertação da mulher, além de sua incorporação na indústria social, o que requer por sua vez o fim da família individual enquanto unidade econômica da sociedade. Toda essa mudança depende do fim da propriedade privada. A educação das crianças será pública, a sociedade cuidará de todos os filhos de forma igual. Depois disso, aí sim uma nova geração de mulheres surgirá. As mulheres do futuro não conhecerão outra maneira de se entregar a um homem a não ser por um amor real, e nem saberão o que é não poder abandonar um homem por medo das consequências econômicas. Com a instalação do socialismo isso não ocorrerá instantaneamente, mas deverá ser um dos objetivos centrais da transição.²⁷

24 IDEM, *Ibidem*, p. 256.

25 Para aprofundar mais a discussão acerca das pesquisas antropológicas de Eleanor Leacock sobre o tema, ler LEACOCK, Eleanor. **Interpreting the Origins of Gender Inequality**: Conceptual and Historical Problems. Amsterdam: Elsevier Scientific Publishing Company, 1983.

26 LEACOCK, Op. Cit., p. 259-260.

27 IDEM, *Ibidem*, p. 266.

2. Socialismo, capitalismo e a questão do trabalho

“Todo socialismo, quer na sua forma utópica, quer na sua expressão científica, tentou mostrar à mulher os caminhos de sua libertação”.²⁸ Com essa frase, Heleieth Saffioti inicia a discussão sobre a perspectiva socialista da situação da mulher, em sua vigorosa obra *A mulher na sociedade de classes*. Para os socialistas utópicos, em especial Saint-Simon, a libertação da mulher parecia um dos aspectos da evolução normal da sociedade, sendo impossível conceber o futuro sem a emancipação feminina o acompanhando. Saint-Simon acreditava, diferentemente dos socialistas científicos posteriores, que o casamento não deveria ser eliminado, deveria ser repensado para que a igualdade entre os sexos fosse estabelecida dentro desta instituição. Saffioti nos mostra que “a preocupação com o problema da mulher apresenta-se como uma constante do pensamento socialista”.²⁹ Fourier, outro importante socialista utópico, foi muito além de Saint-Simon e acreditava que a sociedade deveria oferecer educação idêntica para homens e mulheres, para libertá-las do trabalho doméstico, através da organização das cozinhas centrais e de um infantário que cuidasse das crianças desses núcleos familiares. Este autor denunciou não apenas a submissão das mulheres, como a alienação dos homens com relação à desigualdade dos sexos. Contudo, Wendy Goldman critica estes idealizadores, afirmando que nos ideais dos socialistas utópicos e nas comunidades alternativas idealizadas por eles, a independência da mulher ainda era subdesenvolvida, mesmo com a busca e afirmação da igualdade destas.³⁰

Para o socialismo científico, a solução para a situação das mulheres passa a ser possível quando houver a destruição total do capitalismo e implantar-se o socialismo. Marx, ao falar sobre o casamento e a situação social da mulher de sua época, rejeitava a ideia do casamento como algo indissolúvel, entendendo este como um fato social e, portanto, nada indissolúvel, já que os fatos sociais se transformam, perecem e são substituídos por outros.³¹ O importante para Marx não é a destruição da família, como se acredita usualmente. Ele criticava a discrepância entre a família burguesa e o trabalho que a mulher exerce fora do lar, entendendo que de nada adianta destruir a família sem que substitua-se esta por uma nova forma de estrutura familiar. A sociedade capitalista burguesa percebe a mulher como mero

28 SAFFIOTI, Op. Cit., p. 111.

29 IDEM, Ibidem, p. 113.

30 GOLDMAN, Wendy. **Mulher, estado e revolução**: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. São Paulo: Iskra Edições, 2014, p. 46.

31 SAFFIOTI, Op. Cit., p. 115.

objeto. Saffioti rebate essa visão ao complexificar esse processo, quando afirma que “reificando-se a mulher, reifica-se também o homem, pois quem se satisfaz com um objeto, quem não tem necessidade de entrar em relação com outro ser humano, perdeu toda sua humanidade”.³² Marx acreditava que a verdadeira libertação da mulher só ocorreria com um processo conjunto de humanização do ser humano. O tipo de relação entre os sexos deveria ser medido tal como o índice de desenvolvimento da humanidade para o ser humano no geral.³³

Segundo Goldman, o primeiro trabalho marxista a abordar a questão da mulher diretamente foi *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Engels, de 1844. Engels percebe a contradição que ocorre entre produção capitalista e estabilidade familiar. O capitalismo, para Engels, estava destruindo a família. Infelizmente, suas críticas não iam muito além de condenar a exploração do trabalho feminino, entendendo a inversão dos papéis de gênero com grande indignação moral: o homem dependente e a mulher provedora. Como afirma Goldman, seu pensamento ainda era bastante convencional para o século XIX e permanecia semelhante ao antifeminismo proletário que os próprios trabalhadores lançavam querendo expulsar as mulheres do mercado de trabalho. Porém, posteriormente, condena sua própria indignação anterior, explicando que a forma de supremacia da mulher sobre o homem que ocorria era tão inumana quanto o que havia antes, do homem sobre a mulher. Em pouco tempo, Marx e Engels reveem suas concepções sobre as mulheres e a divisão do trabalho. Em *A ideologia alemã*, passam a questionar a própria noção de uma divisão “natural” do trabalho. Neste livro, explicam que a propriedade era o principal obstáculo ao amor, igualdade e respeito mútuo nas relações. O fim da opressão às mulheres aconteceria quando ocorresse o fim da propriedade privada e quando se instalaria a economia doméstica comunal. Sob o socialismo, as relações teriam afeto genuíno, não propriedade. Segundo a autora, a visão bolchevique acerca da situação da mulher seria bastante influenciada pelos escritos de Marx e Engels.³⁴

Outro pensador socialista importante foi Bebel, que em seu livro *La Mujer y el Socialismo*, nos demonstra a situação grave que viveu a mulher durante vários séculos, denunciando que ela foi o primeiro ser humano a ser submetido à escravidão.³⁵ Goldman também apresenta isso em seu livro, explicando que a primeira noção de propriedade privada

32 IDEM, *Ibidem*, p. 116.

33 MARX, ENGELS e LENIN. **Sobre a mulher**. São Paulo: Global editora, 1981, p. 42.

34 GOLDMAN, *Op. Cit.*, p. 55.

35 SAFFIOTI, *Op. Cit.*, p. 131.

surgiu na família: mulheres e crianças eram escravas dos homens. A noção de propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia, e nesse caso já existia. As mulheres foram a primeira forma de propriedade privada, pertencentes aos homens.³⁶ Saffioti explica que o passado teria se enraizado de tal modo na mentalidade da mulher que suas condições de vida subalternas passam a parecer normais. Se os socialistas já consideram difícil fazer o trabalhador entender as opressões que este sofre, mais difícil ainda, a partir disso, é fazê-lo para a mulher. Além da divisão social por classes, que torna difícil a solidariedade entre as mulheres. A solidariedade entre os elementos de uma categoria de sexo subordina-se à condição de classe de cada um.³⁷

Saffioti explica que no capitalismo a mulher aparentemente ganha, a partir da segunda metade do século XX, uma grande ajuda nas tarefas do lar, para assim poder desapegar-se deste e trabalhar fora de casa mais tranquila. Porém, ao analisarmos isso atentamente, veremos que é falso. O surgimento de eletrodomésticos mais modernos, de produtos alimentícios semi-prontos, a limitação da natalidade, a antecipação do início da educação das crianças com maternal e jardim de infância, têm de fato poupado à mulher de alguns serviços fatigantes e demorados, mas para apenas parte minoritária dessas mulheres. A grande parte daquelas que necessitam trabalhar fora de casa como forma de complementação da renda familiar, sobretudo nas classes mais baixas, não tem acesso a essas facilidades descritas ou o tem apenas em uma dimensão relativa.³⁸

Vertentes de pensamento que acreditam na libertação da mulher dentro do sistema capitalista entendem que esta libertação ocorreria com a mera emancipação econômica da mulher, porém isto não parece ser totalmente verdade. A emancipação econômica é fator essencial para a busca de uma ampla libertação feminina, mas não é ela mesma essa libertação e ambas não se confundem necessariamente. Saffioti acredita que o socialismo e uma nova legislação que não discriminem a mulher são fatores imprescindíveis para a sua libertação, mas também não são os únicos que importam, pois é necessário também um enorme empenho de toda a sociedade para a eliminação da mentalidade que inferioriza a mulher. Tarefa que dificilmente pode ser trabalho de apenas uma geração.³⁹

Os anos de 1830 e 1840 mudaram a força de trabalho industrial, com a entrada massiva de mulheres no mundo do trabalho assalariado. A família passa por transformações e

36 GOLDMAN, Op. Cit., p. 52.

37 SAFFIOTI, Op. Cit., p. 132.

38 IDEM, Ibidem, p. 125.

39 IDEM, Ibidem, p. 129.

as mulheres ganham certa independência econômica. As lutas operárias para que se aceitasse o trabalho feminino deram novo impulso à luta pela igualdade da mulher e para a visão socialista acerca do assunto. A reação dos trabalhadores com a entrada das mulheres no mercado de trabalho foi hostil em vários lugares da Europa.⁴⁰ Alegavam que as mulheres rebaixavam os salários e tornavam impossível para um homem sustentar sua família. Houve greves pela retirada das mulheres das fábricas. Segundo Goldman, a maior contribuição dada ao desafio da divisão sexual do trabalho veio não das feministas liberais, mas sim dos socialistas, que enxergavam o problema do trabalho feminino na classe operária. Feministas liberais do século XIX argumentam em favor de, em geral, mulheres solteiras com educação formal, não enxergando o problema das mulheres mais pobres.⁴¹

Com a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho na primeira metade do século XIX, Goldman explica que com isso o capitalismo deu oportunidade para que as mulheres adquirissem a independência econômica que não possuíam. Mas o trabalho assalariado não desligou as mulheres de seus antigos afazeres domésticos e dos cuidados com os filhos. “O capitalismo criava as condições prévias para a libertação das mulheres ao oferecer a independência econômica, mas somente o socialismo poderia criar uma nova organização familiar que correspondesse apropriadamente aos novos papéis das mulheres.”⁴² Em seu discurso no Congresso de Fundação da Segunda Internacional em 1889, Clara Zetkin falou fortemente a favor das mulheres trabalhadoras explicando que não era o trabalho feminino que rebaixava os salários ao competir com o trabalho masculino, mas sim a exploração do trabalho feminino feita pelos capitalistas que dele se apropriavam.⁴³

A grande tarefa do socialismo, afirma Heleieth Saffioti, no que diz respeito às mulheres, é eliminar a dupla opressão das quais são vítimas na sociedade burguesa, ou seja, a opressão imposta pelo capital e a opressão imposta pelos trabalhos domésticos. Estes entraves ao desenvolvimento da personalidade feminina só acabarão quando houver o fim da propriedade privada e com a substituição da economia doméstica individual pela socializada. Os construtores e pensadores do socialismo acreditavam não só na importância das leis igualitárias, mas também na mudança da mentalidade dos homens e das mulheres para que não ocorra discriminação de nenhuma ordem contra a mulher. A experiência soviética, por exemplo, demonstra que a libertação da mulher e sua integração plena na sociedade não se

40 GOLDMAN, Op. Cit., p. 46.

41 IDEM, Ibidem, p. 48.

42 IDEM, Ibidem, p. 60.

43 IDEM, Ibidem, p. 62.

realizaram completamente, porém foi nesse regime que elas atingiram seu maior grau.⁴⁴

3. A experiência soviética

Alexandra Kolontai, escrevendo nos primeiros anos da URSS, aborda o nascimento e importância da nova mulher. O novo tipo de mulher, livre e independente, diferente do antigo tipo de mulher, submissa e dependente, começa a entrar no mundo de trabalho, passa a sentir as contradições sociais e mesmo assim endurece a vida, passa a comandar e guiar seus caminhos, não mais tendo como ideal de vida o casamento. Esta nova mulher ainda ama, mas o amor já não é mais para ela tudo pelo qual ela vive, esta agora vive para si, pelos seus filhos, pelo seu trabalho, pela sua felicidade. O novo tipo de mulher corresponde, segundo a autora, à moral do operário no interesse de sua classe. A classe operária necessita do novo tipo de mulher para a realização de sua “missão social”, da mulher que não seja escrava, sem personalidade, com passividade e submissão. Precisa de companheiras que sejam capazes de protestar contra a servidão, como membros ativos, servindo à coletividade e à sua classe.⁴⁵

Um dos temas principais da tese da autora traz junto uma ácida crítica: a moral sexual burguesa de sua época e de seu país é duramente criticado por Kolontai, pois esta moral serve unicamente aos interesses da propriedade, e não do desenvolvimento do ser humano, que poderia ser enriquecido de sentimentos como solidariedade, companheirismo e coletividade. No mundo capitalista, todas as formas de relações entre os sexos são deformadoras da alma humana, roubando a esperança de se conseguir a felicidade sólida e duradoura em um casamento. Para Kolontai, somente com o estabelecimento do comunismo a transformação das relações entre os sexos em algo dotado de verdadeiro amor, afinidades reais e uniões felizes é possível. O matrimônio legal burguês é ancorado em dois fundamentos falsos e cruéis: o conceito de propriedade, de posse absoluta de outra pessoa, e de indissolubilidade. “A delicada flor da moral sexual é uma felicidade adquirida à custa da escravidão da mulher à sociedade”.⁴⁶

O problema da deformação das relações no mundo capitalista burguês, com a prostituição e o casamento formal burguês, é que tais relações empobrecem o espírito, não

44 SAFFIOTI, Op. Cit., p. 139.

45 KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 21.

46 IDEM, Ibidem, p. 28-29.

auxiliam para que o amor ocorra e se desenvolva, extinguem o amor dos corações.⁴⁷ Isso acaba mediante uma reeducação fundamental da psicologia humana atual, reeducação somente possível quando se transformarem as bases sociais que condicionem o conteúdo moral da humanidade. Independência econômica, verdadeira proteção e segurança à maternidade e à infância, luta contra a prostituição em sua base econômica, supressão da noção de filhos legítimos e ilegítimos, substituição do matrimônio religioso pelo civil (e sua fácil anulação) e reconstrução fundamental da sociedade segundo os princípios comunistas: estas são as reivindicações do programa socialista para com a emancipação das mulheres. Kolontai afirma que a perspectiva socialista do futuro pensa em uma sociedade reconhecendo todas as formas de união entre os sexos, mesmo que estas se apresentem diante dela com contornos novos e desconhecidos. Estas uniões não devem, porém, ter como seu fator determinante o econômico. Além disso, outra exigência para o futuro será a do reconhecimento real, com palavras e ações reais, da defesa da maternidade. A autora entende que a sociedade tem a obrigação de ajudar a mulher em seu caminho de todas as formas possíveis, nesse período de maior responsabilidade de sua vida. Além disso, à mulher solteira deve-se abrir múltiplas oportunidades de vida, acabar de vez com o amor como única base de sua vida e transformá-lo em apenas mais uma etapa natural.⁴⁸

Um dos fatores da luta social, segundo Kolontai, é a elaboração de um novo código sexual que regulamente essas relações. Em sua obra, ela afirma que a influência das relações sexuais de um grupo social, no caso a classe trabalhadora, é fundamental e determinante no resultado da luta dessa classe com outra, de interesses opostos, neste caso a burguesia. Esta relação entre os sexos da classe trabalhadora, a nova família que virá com o advento do socialismo, terá seu fator principal a solidariedade e a camaradagem, terá também como princípios a liberdade absoluta e a igualdade e verdadeira solidariedade entre companheiros. A crise sexual que vivemos, como nos mostra a autora, não acabará enquanto não houver uma transformação fundamental da psicologia humana e com a acumulação de potencial de amor. “Mas essa transformação psíquica depende completamente da reorganização fundamental das relações econômicas sobre os fundamentos comunistas”.⁴⁹

Os revolucionários, durante a insurreição na busca do socialismo, além de triunfar na frente militar e do trabalho, devem triunfar na frente ideológica também. Para isso deverão

47 IDEM, *Ibidem*, p. 31.

48 IDEM, *Ibidem*, p. 40.

49 IDEM *Ibidem*, p. 49.

atacar com toda a sua força o velho mundo burguês e buscar construir as novas formas de união mais libertária entre os sexos. A autora entende ser este assunto fundamental, pois assume ser o amor não somente fator biológico e da natureza mas principalmente social, em sua própria essência.⁵⁰ “O ideal burguês de amor não corresponde às necessidades da camada social mais numerosa, não atende às necessidades da classe operária. Tampouco atende às aspirações de vida dos intelectuais”.⁵¹ O amor, sendo social e psíquico, é condicionado segundo os interesses da coletividade. A classe trabalhadora deve estar armada com o marxismo e com as experiências do passado, deve compreender o lugar importante que o amor deve ter nas relações sociais. Porém, não qualquer amor, mas o amor-camaradagem, conceito utilizado pela autora para identificar o ideal de amor da classe operária: “o ideal de amor da classe operária está baseado na colaboração no trabalho, na solidariedade do espírito e da vontade de todos os membros, homens e mulheres, e se distingue, portanto, de modo absoluto da noção que tinham do amor as outras épocas da civilização”.⁵² A nova sociedade comunista que virá terá como sua base a camaradagem e a solidariedade, fatores também fundamentais das novas relações entre os sexos, solucionando o problema da moral sexual e da submissão da mulher da sociedade burguesa.

No caso soviético, estas noções socialistas da emancipação feminina foram postas em prática, e obtiveram algum êxito, sendo, como nos informou Saffioti, o regime em que a maior libertação da mulher foi conquistada em todo o mundo.⁵³ Wendy Goldman nos mostra que mesmo com o Stalinismo surgindo na experiência soviética para minar as várias conquistas revolucionárias com relação à situação das mulheres russas, o que aconteceu na URSS ainda tem muito a nos ensinar. O seu livro, *Mulher, estado e revolução*, trata das grandes experiências da libertação da mulher e do amor livre na União Soviética depois da Revolução. Além disso, também explora porque estes experimentos de amor livre e emancipação feminina falharam. O que essa experiência nos mostra é de que se houver emprego e salário pleno para homens e mulheres, a independência tenderá a vir para ambos. As mulheres devem ter controle sobre seus corpos, acesso ao aborto legal e seguro, opções de controle de natalidade saudáveis, além de bons cuidados médicos. Tudo isso levará estas a exercerem plenamente suas liberdades sexuais, ponto importante de libertação feminina. Se, além disso, os homens assumirem responsabilidades iguais com relação aos filhos e a tarefas

50 IDEM, *Ibidem*, p. 107.

51 IDEM, *Ibidem*, p. 119.

52 IDEM, *Ibidem*, p. 127.

53 SAFFIOTI, *Op. Cit.*, p. 139.

domésticas, as mulheres poderão se realizar plenamente, para isso então devem ser criados creches, restaurantes públicos e lavanderias.⁵⁴ Assim, a mulher se livrará dos afazeres domésticos e de cuidados dos filhos, situação que recai mais sobre elas do que sobre os homens, e viverá mais para si mesma.

Os bolcheviques, na Rússia soviética, acreditavam que o capitalismo havia criado uma nova contradição, mais sentida pelas mulheres, entre as demandas do trabalho e as necessidades da família. Com o advento da industrialização, cada vez mais mulheres se viam obrigadas a trabalhar por salários, e aí os conflitos entre a produção e a reprodução resultaram em altos índices de mortalidade infantil, lares desfeitos, crianças negligenciadas e problemas crônicos de saúde. Mesmo trabalhando nas fábricas, as mulheres ainda deviam criar os filhos, cozinhar, limpar, costurar, remendar, ou seja, o trabalho para a família, doméstico. Os bolcheviques acreditavam que somente com o socialismo a contradição entre família e trabalho seria resolvida. O trabalho doméstico seria transferido para a responsabilidade do Estado, as tarefas de casa que as mulheres realizavam de graça seriam substituídas por instituições estatais onde trabalhadores assalariados assumiriam todas essas tarefas.⁵⁵ Mas para isso tudo acontecer, mulheres e homens deveriam se tornar iguais, com a participação das mulheres na vida política e cultural. Isso torna a mulher também uma camarada, uma amiga, uma igual.⁵⁶

A visão bolchevique da libertação da mulher sob o socialismo possui quatro pontos importantes: união livre, emancipação das mulheres através do trabalho assalariado, socialização do trabalho doméstico e definhamento da família⁵⁷. Acreditavam na libertação da mulher com o trabalho doméstico sendo assumido inteiramente pelo Estado. Acreditavam também na independência econômica da mulher, ingressando no mundo do trabalho assalariado. Os bolcheviques entendiam a relação entre pais e filhos como criadora de desigualdades entre as crianças, e algo que freava a independência dos filhos e suas capacidades intelectuais. O cuidado das crianças deveria ser feito por funcionários públicos remunerados.⁵⁸

Em 1918, cria-se o Código do Casamento, da Família e da Tutela na Rússia Soviética. Por seu forte apelo aos direitos individuais e igualdade de gênero, o novo Código “constituiu

54 GOLDMAN, Op. Cit., p. 12.

55 IDEM, Ibidem, p. 20-21.

56 IDEM, Ibidem, p. 25.

57 Por família aqui entende-se a família nuclear burguesa patriarcal.

58 IDEM, Ibidem, p. 30-31.

nada menos do que a legislação familiar mais progressista que o mundo havia conhecido”.⁵⁹ Aboliu o status legal inferior das mulheres e estabeleceu igualdade perante a lei. O Código garantia o divórcio a pedido de qualquer um dos cônjuges: não era necessário apresentar qualquer justificativa. Segundo a autora, o Código de 1918 estava, notavelmente, muito à frente de seu tempo: “uma legislação parecida em relação à igualdade de gêneros, divórcio, legitimidade e propriedade ainda está por ser promulgada nos Estados Unidos e em muitos países europeus”. Além disso, o Código ao ser criado se inspirou na visão marxista das relações familiares e sua ênfase na liberdade, independência e igualdade de ambos os sexos da relação.⁶⁰

4. Mulher, capitalismo e marxismo

Como podemos perceber nessas autoras, a visão socialista nos oferece muitas respostas à questão da emancipação feminina, porém nenhuma delas afirma que isso ocorrerá no capitalismo, muito pelo contrário. Estas acreditam que a luta pela emancipação feminina e pela igualdade de gênero só ocorrerá com a instalação primeira e fundamental do socialismo. Pois, segundo Ellen Wood em seu livro *Democracia contra capitalismo*, o projeto socialista de emancipação de classe sempre foi um meio para o objetivo maior da emancipação humana.⁶¹ Entretanto, segundo a autora, o capitalismo consegue tolerar a igualdade de gênero. A autora inclusive sugere que o capitalismo poderia sobreviver ao fim das opressões de gênero, porém não sobreviveria ao fim da exploração de classe, na medida em que as dinâmicas da primeira não são estruturais para o funcionamento do sistema como as da segunda.⁶²

O capitalismo tem uma tendência em sua estrutura a rejeitar desigualdades que a autora chama de extraeconômicas, como as desigualdades de gênero e de raça. Isso faz com que a luta exclusiva de gênero e de raça contra as opressões dessas identidades não apresentem um perigo fatal para o capitalismo, podendo conquistar seus objetivos e, talvez mesmo, acabar com as opressões sem acabar com o capitalismo. Porém, segundo a autora, estas lutas “terão pouca probabilidade de sair vitoriosas caso se mantenham isoladas da luta

59 IDEM, *Ibidem.*, p. 72.

60 IDEM, *Ibidem.*, p. 78.

61 WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003, p. 227.

62 IDEM, *Ibidem.*, p. 229.

anticapitalista”.⁶³ Embora o capitalismo não seja capaz de garantir a emancipação das opressões de gênero ou raça, a conquista dessa emancipação também não garante o fim do capitalismo. Segundo a autora, e diferentemente dos outros trabalhos aqui citados, esta acredita que o socialismo talvez não seja sozinho uma garantia de completa conquista do fim das opressões de gênero e de raça. Mas é capaz de eliminar as necessidades ideológicas e econômicas que mantêm a opressão de raça e de gênero e de permitir a revalorização das identidades não-econômicas (bens extraeconômicos), cujo valor foi deteriorado pela economia capitalista.⁶⁴

Carol Stabile, afirma que a teoria feminista contemporânea iniciou aceitando a ideia de sistema, ou totalidade, realizando uma análise própria onde, pelo menos no início, o “patriarcado” foi proposto como cúmplice do capitalismo. As mulheres eram oprimidas por um sistema patriarcal e tinham interesse comum em combatê-lo. A luta feminista era ao mesmo tempo intelectual e política: queriam elevar a consciência das mulheres sobre a opressão que sofriam como mulheres; e promover a mudança social, organizando-as como uma classe revolucionária distinta. Porém, desde o início, este projeto conheceu obstáculos: as feministas verificaram que o conceito de mulheres como grupo homogêneo nunca existiu, além de ser incompleto para a teoria e para o ativismo, “porque, embora não se possa negar que a maioria das mulheres sofre os efeitos de um sistema profundamente misógino, isso acontece de várias maneiras e em graus variáveis”.⁶⁵

A autora faz uma crítica forte ao que ela considera como a interpretação hegemônica do feminismo há alguns anos, considerada como uma “visão inofensiva”, que não está vinculada ao sistema capitalista e as formas pelas quais os distintos grupos se opõem a ele. Segundo Stabile, quando a luta acaba se reduzindo a linguagem e a jogos de palavras, torna-se difícil identificar o sistema contra o qual as mulheres têm de lutar ou mesmo instrumentos revolucionários para orientar a luta.

Teorias que estudam as realidades sombrias e monótonas da luta de classes e da exploração capitalista não vendem muito bem, especialmente quando comparadas, digamos, com o feminismo “resistente” de Madonna. E esse tipo de “resistência”, baseado em estilo de vida e consumo, dá a impressão

63 IDEM, *Ibidem*, p. 232.

64 IDEM, *Ibidem*, p. 241-242.

65 STABILE, Carol A. Pós-modernismo, feminismo e Marx: notas do abismo. In: WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy (orgs.). **Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, p. 149.

de ser radical, mas não ameaçador.⁶⁶

Stabile passa para uma “defesa” do marxismo, onde sustenta a atualidade deste corpo teórico para pensar a sociedade e, nesse caso em específico, as questões gênero. Esquematizando essa crítica, em linhas gerais, observam-se três argumentos: o marxismo seria “totalizante” (porque procura explicar a sociedade através da análise de seu modo de produção – o capitalismo); “reduutivo” (porque as estruturas econômicas supostamente moldam as estruturas jurídicas, políticas e culturais); e “universalizante” (porque presumivelmente, a classe molda a consciência). Além desses três, pode-se destacar um quarto, o “mito” de que o marxismo é impregnado, há tempos, por uma perspectiva machista de história.

Sobre o “reduativismo” marxista, ela rebate dizendo que, mesmo sendo verdade que o materialismo histórico coloque as relações de produção nos alicerces da sociedade, nada há de simples ou reduutivo na maneira como essas relações estruturam as diversas outras tantas dinâmicas. Pelo contrário, tais estudos em vez de analisarem apenas uma forma de opressão, como o sexismo, o racismo ou a homofobia, estudaram a maneira como todas elas funcionam dentro do capitalismo, nas questões de classe. A verdade é que é preciso estar afastado das dificuldades econômicas inerentes ao capitalismo para não aceitar a importância das relações de produção e posição de classe. Não é a toa que tais alegações de “reduativismo” econômico venham, muitas vezes, de posições mais privilegiadas da sociedade.⁶⁷

Ainda sobre as questões analisadas como o caráter “totalizante” ou “universalizante” do marxismo, a sua contraposição questionará a noção que os críticos da modernidade tem de verdade, razão e justiça. Estes alegam, dizendo de forma bastante grosseira e simplificada, que estas noções não existem. Porém, se não pode haver padrões de verdade, justiça ou razão, não podemos a eles recorrer como critérios de juízos de valor ou de ação. A possibilidade de se opor à opressão é prejudicada também pela ideia de que interesses em comum entre os seres humanos são tão limitados e fugazes, como acreditam os críticos da modernidade, que é impossível qualquer política mais eficaz, além de uma forma particular e estreita de resistência.⁶⁸

Com a entrada em massa de mulheres na força de trabalho, as condições das mulheres tornaram-se cada vez mais determinadas pelas relações de produção, dialogando cada vez

66 IDEM, *Ibidem*, p. 153.

67 IDEM, *Ibidem*, p. 154.

68 IDEM, *Ibidem*, p. 155.

mais com o marxismo nessa nova situação. O feminismo não-marxista, porém, ao ignorar as relações de produção, parece muito mais inadequado que o marxismo, que supostamente teria se mostrado cego para a questão dos sexos.⁶⁹ O materialismo histórico oferece uma compreensão mais ampla da natureza terrível das relações de produção capitalistas, chamando homens e mulheres para a luta contra a violência familiar, contra mais cortes em programas sociais já insuficientes e ainda, contra o sistema que se beneficia com esses males. Sugere também que a liberação das mulheres é incompatível com o capitalismo.

De qualquer forma, segundo Stabile, enquanto algumas tantas feministas se recusarem a reconhecer seus próprios privilégios de classe e de raça e os modos como nos beneficiamos de alguma forma da exploração de mulheres e homens menos privilegiados, o feminismo não poderá ser um projeto político consistente.⁷⁰ Ao contrário do que muitos teóricos ainda pensam, que a fragmentação de identidades é algo a ser celebrado, deveríamos pensar em como essa fragmentação foi transformada em mercadoria e como o capitalismo age contra a organização do socialismo. Talvez seja o caso de romper com essa concepção de identidade que permite a proeminência de discursos visando, quase que exclusivamente, auferir uma escala de “opressões” ou “privilégios”, através de uma perspectiva individualista. “Pois o que parecem ser estratégias de oposição talvez se revele claramente como sintomas de opressão”.

71

69 IDEM, *Ibidem*, p. 156.

70 IDEM, *Ibidem*, p. 159.

71 IDEM, *Ibidem*, p. 160.

CAPÍTULO II

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE CUBANA PÓS-59: MUDANÇAS EM PERSPECTIVA

Ao longo das décadas que se seguiram após a revolução cubana, diversas mudanças e rupturas ocorreram no seio desta sociedade. Com relação a participação das mulheres em vários setores da vida social, a revolução de janeiro de 1959 trouxe vários avanços a medida que os anos se passaram, com muitas conquistas e melhorias importantes em diversas áreas institucionais de todo o país. As desigualdades entre homens e mulheres foram ficando cada vez menores a medida que as décadas foram se passando, o que nos indica que Cuba tem a consciência de que essa mudança e a conquista da igualdade de gênero não ocorrerão rapidamente, mas sim com muito esforço de gerações de cubanas e cubanos que busquem a construção de um país cada vez mais igualitário e socialista. Guevara já alertava acerca da lentidão desse processo, sobretudo na formação de uma nova consciência revolucionária, quando dizia que “a mudança não se produz automaticamente na consciência como também não se produz na economia. As variações são lentas e não são necessariamente rítmicas; há períodos de aceleração, outros de estagnação e inclusive de retrocesso”.⁷²

Essa transformação é composta por dois fatores que são indissociáveis: “o desenvolvimento de um homem novo, com uma consciência e uma atitude novas diante da vida, e o avanço da técnica, capaz de multiplicar a produtividade e gerar a abundância de bens”.⁷³ O desenvolvimento tecnológico, associado à formação de uma nova consciência no povo cubano, socialista, serão a tônica dessas transformações.

Esse processo, se não se dá de forma rápida, também não ocorre sem uma série de momentos onde os limites da experiência são testados pelas mais variadas situações adversas. Não ocorre sem “retrocessos”, como dissemos. Cuba teve esses momentos em sua história mais de uma vez, sem que abrisse mão dos avanços sociais que eram conquistados e sem que se abandonasse o ímpeto de aprofundar essas mudanças. Ao avaliarmos uma determinada experiência revolucionária, em se tratando dessas problemáticas, não podemos esquecer de que essas contradições são inevitáveis para qualquer processo de mudança mais profundo.

72 SADER, Emir (org.). **Che Guevara – Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.259.

73 FERNANDES, Floresta. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.214.

Além disso, também não devemos esquecer o ensinamento de Vânia Bambirra: “a capacidade e a correção histórica de uma direção revolucionária se mede por sua capacidade de enfrentar e de resolver tais contradições e não de evitá-las, o que seria um absurdo pretender”.⁷⁴

Além disso, não podemos perder de vista o fato de que as profundas transformações sociais trazidas pela experiência cubana serão um fator bastante poderoso na legitimação do regime. Não será sem motivos que este sobreviverá mais ou menos intacto mesmo após o Período Especial, na medida em que “Cuba construiu uma democracia social inigualável no mundo, isto é, a universalização dos direitos à educação e à saúde permitiu que todos os cubanos tivessem acesso a bens essenciais, acesso que se expressa nos índices sociais do país”.⁷⁵ É importante lembrar que essa democracia social não foi erguida em um país avançando tecnologicamente, membro do “capitalismo avançado”, mas sim em uma ilha caribenha bastante pobre. Nesse sentido, o país “provou concretamente que mesmo no subdesenvolvimento é possível superar a miséria, que não é um problema de ‘atraso’ – Cuba continua sendo um país pobre –, mas de sistema social”.⁷⁶

Essa legitimação precisa dar sustentação a um país que tem marcado em suas estruturas um importante grau de centralização, mesmo de autoritarismo. Tendências que podem ser facilmente gestadas em momentos históricos onde forças externas – nesse caso, os Estados Unidos da América – agem para submeter seus interesses sobre os de um determinado país. “No caso de Cuba, a pressão do exterior nunca cessou. Nenhum sistema pode desenvolver suas potencialidades vivendo em clima de permanente conflito, que é justamente o mais favorável ao fortalecimento das tendências autoritárias existentes”.⁷⁷

O apoio que a experiência revolucionária recebe por parte da população – talvez mais do que apoio ao governo, propriamente dito –, não pode ser desprezado.

A revolução de Castro pôs Cuba no mapa e registrou a ilha como uma presença permanente no cenário mundial. Engendrou no povo cubano um sentido intangível, mas real, de orgulho pela sua nação. [...] Foi uma revolução que não acabou em lutas fratricidas, mas produziu sem cessar novas gerações de cidadãos bem-educados, motivados pela afeição ao governo e ao governante, e que possuem um sentido agudo de patriotismo, orgulhosos da longa história do seu país e das realizações do seu povo.⁷⁸

74 BAMBIRRA, Vania. **La Revolución Cubana**: una reinterpretación. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1974, p. 162

75 SADER, Emir. **Cuba**: um socialismo em construção. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 109.

76 IDEM. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Ed. Moderna, 1985, p. 76.

77 AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004, p. 119.

78 GOTT, Richard. **Cuba**: uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 357.

Especificamente acerca da mulher, o governo cubano revolucionário declarou, após a vitória da revolução em 1959, que era seu dever reparar as injustiças que foram cometidas contra as mulheres até aquele momento. “O processo de instauração da revolução foi destacado pelo governo revolucionário como o contexto no qual as mulheres teriam seus direitos efetivados”.⁷⁹ As mulheres seriam não só integradas à nova sociedade mas também seriam fundamentais para a construção desta. A *Constitución de la República de Cuba de 1976*, junto ao Código da Família de 1975, reforçou a condição de igualdade entre todos os cidadãos. Depois da revolução, as legislações reportam-se a mulher com um chamado para que elas se integrem nesse processo de criação de uma nova vida social.⁸⁰

Tais políticas, como as legislações implementadas, permitem que as mulheres tivessem uns dos melhores indicadores entre os países subdesenvolvidos, alguns deles comparáveis com países do dito “Primeiro Mundo”. Para Maria Auxiliadora César, o Estado cubano oferecia serviços para setores prioritários, como pobres, mulheres e crianças, para melhor atendê-los. Com implementação de políticas dirigidas a esses setores mais debilitados da sociedade, pretendia-se a construção da igualdade da nova sociedade em geral.⁸¹ A autora entende a questão da busca pela emancipação feminina em Cuba da seguinte forma:

A conquista de uma plataforma social que, ademais de projetar o desenvolvimento social de maneira global, incluíra muito especialmente a mulher, vincula-se em Cuba, do ponto de vista conceitual, à ideia da relação entre a emancipação geral dos explorados e dos oprimidos com a mulher. Assim, emancipação da mulher não é resultado automático do desenvolvimento social, mas deve ser analisado como um processo ininterrupto, cujo fim é a busca da eliminação de preconceitos, da revisão de conceitos e de papéis desempenhados por elas e pelos homens, do rompimento de barreiras que excluíram as mulheres do âmbito público e da produção social, redimensionando seu papel de reprodutora da vida.⁸²

Após essa breve exposição, passamos para a análise pormenorizada das questões trabalhadas a partir da nossa fonte, associada a bibliografia utilizada, relativas ao desenvolvimento da participação feminina na ilha e das conquistas sociais obtidas. Analisaremos cinco pontos principais: trabalho, educação, ciência, saúde e participação política.

79 VASSI, **Cuba pós-revolução**: Estado, Leis e Mulheres. Campinas: Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2006, p. 12.

80 IDEM, *Ibidem*, p. 13.

81 CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Mulher e política social em Cuba**: o contraponto socialista ao bem-estar capitalista. Brasília: Edições Alva, 2005, p. 46.

82 IDEM, *Ibidem*, p. 88-89.

1. A mulher e a questão do trabalho assalariado

Se fizermos um comparativo desde longos anos antes da revolução até os dias atuais, observaremos que uma das grandes melhorias na situação feminina após a Revolução foi a quantidade de mulheres na ilha que começaram a trabalhar como assalariadas. Antes de 1959, as mulheres em Cuba se destinavam aos trabalhos de prestação de serviços, fundamentalmente de serviços domésticos. As mulheres que possuísem um pouco mais de capacitação ou mesmo oportunidade, eram professoras de escolas.⁸³ Essas relações de trabalho sofrerão importantes mudanças, no sentido da busca pelo igualitarismo. Com a Política Nacional Salarial, vem a proibição de todo o tipo de discriminação de gênero, raça etc., com remuneração igual por igual tipo de atividade. Passam-se a serem encontradas mulheres em trabalhos onde antes apareciam, majoritariamente, homens. Assim, foram colocados em contato direto pessoas diferentes (classe, gênero e etnia) mas em contextos cada vez mais igualitários, graças a essa política. Isso contribui para quebrar barreiras, mitos e estereótipos, surgidos da segregação historicamente existente.⁸⁴ Entre outros programas, por exemplo, temos o de educação técnica e integração social de prostitutas e trabalhadoras domésticas em 1960-1961, levando ao desaparecimento da prostituição na ilha.⁸⁵

Diferente de países capitalistas, as políticas de emprego em Cuba beneficiaram mulheres e jovens que foram se incorporando como profissionais qualificados.⁸⁶ Em 1953 calcula-se que a taxa de participação⁸⁷ de mulheres representavam apenas 13,5% do número total. Em 2008 esse número cresceu para 59%. Comparativamente, a taxa de participação de homens era de 79,3% em 1953 e de 86,6% em 2008. Isso demonstra que em ambos os sexos, mas mais expressivamente com relação as mulheres, houve um crescimento considerável da taxa de participação.⁸⁸

É importante salientar que é apenas a partir da revolução que essa taxa aumenta, e mesmo em seus primeiros anos, na medida em que ela já alcançava os 44,5% nos anos 80.⁸⁹ Isso demonstra que a entrada de mulheres no trabalho assalariado, ponto que a visão socialista sobre a emancipação feminina insiste como de grande importância, o da busca pela

83 OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA, Op. Cit, p. 20.

84 BOBES, Op. Cit., p. 102.

85 IDEM, Ibidem, p. 103.

86 CÉSAR, Op. Cit., p. 54.

87 Taxa de participação é a relação existente entre a população ocupada na economia e a população em idade de trabalhar. OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA, Op. Cit., p. 21.

88 IDEM, Ibidem, p. 26.

89 IDEM, Ibidem, Loc. cit.

independência econômica feminina, aumenta em sua maioria devido ao alcance transformador que a revolução teve nesse aspecto da sociedade cubana. Mais especificamente, temos que desde 1970, até o ano de 2008, o número de mulheres dirigentes nos trabalhos aumentou de 11% para 30,4%⁹⁰, o que nos indica que estas, além de começarem a trabalhar massivamente, assumem cargos de liderança.

Além desses dados mais gerais, a fonte analisada também nos traz informações acerca do nível escolar dos trabalhadores. Os dados são bastante otimistas: em ambos os sexos o número de ocupados⁹¹ que possuíam apenas o nível primário diminuiu drasticamente. Entre 1980 até 2008, houve a redução de 35,3% para 4,4%, para as mulheres, e 51% para 10% para os homens. O número de ocupados com ensino secundário, por sua vez, aumentou pouco para os homens, que de 27,8% aumentaram para 31,3%, mas teve uma queda acentuada no caso das mulheres, de 30,2% para 19,3% no mesmo período analisado anteriormente. Já o nível médio superior⁹² subiu significativamente, indo de 28,3% para 56,9% para as mulheres e de 16,8% para 46,9% para os homens. Finalmente, o número de trabalhadores com nível superior teve um aumento pequeno, mas também significativo: de 6,2% para 19,4% para as mulheres e 4,4% para 11,7% para os homens, no mesmo período já analisado⁹³. De um modo geral, podemos perceber que os níveis educacionais dos trabalhadores cubanos sofreram uma importante melhora durante o processo revolucionário, representando uma maior qualificação técnica. Esses dados são ainda mais importantes para as mulheres. Infelizmente a documentação pesquisada não traz dados para os períodos anteriores a 1980, que poderiam nos ajudar a compreender essa transformação comparativamente ao período pré-revolucionário. As informações citadas estão ilustrados na tabela abaixo.

90 IDEM, *Ibidem*, p. 29.

91 Toda pessoa de 17 anos ou mais e as de 15 e 16 anos que excepcionalmente tenham sido autorizadas a trabalhar pelas autoridades competentes, que no dia de coleta da informação mantinham vínculo de trabalho formalizado ou independente com um emprego assalariado pagando em espécie. IDEM, *Ibidem*, p. 21.

92 Compreende os graduados de educação pré-universitária, educação técnica e profissional e o profissional docente de nível médio. IDEM, *Ibidem*, p. 22.

93 IDEM, *Ibidem*, p. 29.

Tabela I – Formação educacional dos trabalhadores por sexo⁹⁴ (em %):

	Homens		Mulheres	
	1980	2008	1980	2008
Primário	51	10,1	35,3	4,4
Secundário	27,8	31,3	30,2	19,3
Médio Superior	16,8	46,9	28,3	56,9
Superior	4,4	11,7	6,2	19,4

Se analisarmos mais detidamente os dados, observamos que as profissões onde o número de mulheres trabalhando mais cresceu foram: em primeiro lugar, enfermeiras profissionais, aumentando 36,5% de 1953 até 2002; em segundo lugar, médicas e profissionais afins, aumentando 30%; e, finalmente, a profissão que está em terceiro lugar é a de bibliotecária, que aumentou em 25,4%.⁹⁵ São profissões relacionadas a educação e saúde, áreas onde Cuba se dedicou mais intensamente que qualquer outra, parecendo ser bastante natural que o crescimento tenha sido mais expressivo nesses setores.

Após discutirmos essas questões, é importante fazermos uma ponderação. A participação das mulheres no trabalho assalariado possui um duplo sentido e precisamos levá-lo em consideração. Ao mesmo tempo que estas estão em igualdade na questão do trabalho com os homens, sendo este caminho para sua emancipação, ainda persistem situações sexistas e de desigualdade no trabalho doméstico, típicos de sociedades patriarcais. Essa lógica acaba fazendo com que a mulher trabalhe o dobro que os homens, reproduzindo a conhecida “dupla jornada”. Se na vida pública conquista-se uma maior igualdade, na vida privada persistem sinais de discriminação.⁹⁶

Ocorre, por parte do Estado, a tentativa de reverter essa situação. Segundo Santos e Aras, a política de ações voltadas para a diminuição das atividades domésticas visava resolver problemas públicos de ordem econômica, como o aumento da produção do país, não questionando a atribuição do trabalho doméstico às mulheres. O Estado assume o dever de cuidar dessas funções, mas não consegue atender totalmente a demanda. Com a crise econômica que começa no final da década de 1980, ocorrem graves cortes nessas áreas e as cubanas foram sobrecarregadas com extensas jornadas de trabalho doméstico e assalariado formal. Houve casos de abandono dos trabalhos “fora de casa”.⁹⁷

94 OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA, loc. cit.

95 IDEM, Ibidem, p. 31.

96 BOBES, op. cit., p. 107.

97 SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos & ARAS, Lina Maria Brandão de. **Gênero e Revolução: o**

Mais especificamente com relação à legislação, é importante mencionar o *Código de la Familia*, que põe em questão a dupla jornada feminina. O código é inovador, pois é a primeira vez “em que a igualdade de sexos no âmbito doméstico é instituída constitucionalmente, ainda que, na prática, não houvesse mecanismos de incentivo ou penalidade para fazer valer a legislação”.⁹⁸ Parece ser o caso em que, formalmente, realiza-se um grande avanço, enquanto a realidade prática segue pouco transformada.

Finalmente, em se tratando da relação entre as mulheres e o trabalho, devemos abordar uma última questão. Nos anos 1990, entra-se no momento histórico conhecido como o Período Especial, o que trouxe pesados custos para a sociedade cubana como um todo. As políticas de ajuste desenvolvidas para a superação da crise trazida pela dissolução da URSS, contudo, pioram a situação da mulher cubana mais que a do homem. Objetivamente, isso não se verifica no emprego, onde cresce o número de trabalhadoras.⁹⁹ Mas, seguindo nesse raciocínio, e levando em conta que a mulher dentro da família mantém mais deveres que o homem, essa situação gera um esforço e desgaste muito maior. O ressurgimento da prostituição, que havia virtualmente desaparecido após 1959, é um indicador de que a qualidade de vida das mulheres, mais que qualquer outro grupo, sentiu pesadamente o desgaste desse período.¹⁰⁰

Outras autoras não veem esse momento de forma tão crítica. Para César, existe uma esforço consciente em minorar o impacto do Período Especial na vida das mulheres trabalhadoras, na medida em que “houve orientação para que nos centros de trabalho fosse dado tratamento diferenciado à mulher grávida, aumentando o consumo de proteína, vendendo-lhe ração dupla de comida e priorizando também a venda de artigos de maior necessidade.”¹⁰¹ A autora também acrescenta que, com relação às políticas sociais dirigidas a mulher, tem-se um projeto global de desenvolvimento humano, em um sentido mais amplo.

A grande diferença do socialismo cubano é que as mulheres são atendidas também utilizando a perspectiva de gênero, a partir de suas necessidades específicas e levando em conta as desigualdades geradas historicamente – que são mais difíceis de romper no âmbito privado.¹⁰²

novo homem e a nova mulher na revolução cubana. João Pessoa: III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: olhares diversos sobre a diferença, 2011, p. 8.

98 PEREIRA, Op. Cit., p. 45-46.

99 BOBES, Op. Cit., p. 114.

100 IDEM, Ibidem, p. 115.

101 CÉSAR, Op. Cit., p. 145-146.

102 IDEM, Ibidem, p. 147.

No socialismo cubano, atende-se a mulher nas suas questões especiais de mulher. Em Cuba ocorre algo de diferente de outras experiências socialistas, a emancipação feminina é pensada em conjunto com a emancipação humana de uma maneira geral. No próximo tópico, trataremos de outra temática que em Cuba ganha principal atenção, especialmente para a questão feminina, o tema da educação.

2. Educação e a mulher

Com o triunfo da Revolução e, antes mesmo, já em Sierra Maestra, se desenvolveu um dos principais programas que o movimento revolucionário visionava, o da educação. É dada uma crescente ênfase ao ensino, com o mote de “ser culto para não ser enganado”. O governo cubano entende que para haver uma revolução real na ilha, “o povo precisa saber o que faz e o que assina. Nesse sentido, um dos grandes projetos de Fidel após a Revolução foi alfabetizar toda a população cubana. A partir de 1959 a educação em Cuba é gratuita e de qualidade desde as séries iniciais até a faculdade”.¹⁰³

Em apenas um ano, 1961, o analfabetismo foi praticamente dissipado da ilha, quando 700 mil pessoas aprenderam a ler e escrever. Isso só foi possível graças à criação da *Campaña Nacional de Alfabetización*, um movimento de participação voluntária e massiva. Nesta campanha, cerca de 270 mil estudantes, professores e trabalhadores em geral participaram, viajando para todos os cantos da ilha para ensinar a população analfabeta, que em 1953 chegava a 23,6% da população e enquanto ao final de 1961, a porcentagem de analfabetos em todo o país era de 3,9%.¹⁰⁴

Comparado a outros setores, a educação foi o que mais recebeu investimentos em programas e serviços. Os indicadores da educação em Cuba, no percentual de conquista relativa, é mais alto que países industrializados ou em desenvolvimento. Em 1990 a taxa de alfabetização se manteve em torno de 96,5% da população de dez anos ou mais. Até 1980 o número de novos centros educacionais mais que dobrou, comparativamente ao período pré-revolucionário, assim como aumentou muito o orçamento destinado a educação no país. Houve frequência massiva de alunos nas aulas e para isso as organizações de massa tiveram papel fundamental. Também culturalmente ocorreu uma melhora significativa, em seus mais

103 MORAES, Josiane. **O processo de formação e institucionalização do Serviço Social como profissão em Cuba**. São Paulo: Serv. Soc. Soc., n. 108, out./dez. 2011, p. 718.

104 OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA, Op. Cit., p. 40.

diversos setores: criaram-se museus e teatros, escolas de dança, centros esportivos etc. Em todos esses casos, buscaram-se preços que favorecessem a participação geral da população.¹⁰⁵

Os avanços na área de educação não cessaram com o fim da *Campaña*, criando-se sistemas de bolsas e internatos/semi-internatos, garantindo assim que todos os alunos tivessem, independente da situação econômica da família, acesso aos diferentes níveis de escolaridade. São criados, além disso, os primeiros *Círculos Infantiles*¹⁰⁶, com o objetivo principal de favorecer a incorporação das mulheres cubanas na economia do país, tendo estas mulheres tempo então para trabalhar, estudar, cuidar mais de si mesmas, sem o peso que o cuidado dos filhos, quando recaem exclusivamente sobre elas, pode acarretar para o futuro das mães. Esse programa é importantíssimo ao revelar o número de mães que eram beneficiárias dele: em 1961 eram 2.012 mães que possuíam filhos nos *Círculos*, 32.307 em 1970, 82.951 em 1980 e 145.248 em 1990. Porém, nos anos 2000 e 2008 esses números diminuíram: 136.956 e 119.602 mães, respectivamente.¹⁰⁷

Desde o ano de 1961 até o ano de 2008, os círculos aumentaram bastante em número, contando com 37 no início das suas atividades e chegando ao número de 1.110 em toda a ilha. A capacidade de alunos estudando nos *Círculos* também aumentou, indo de 4.095 crianças no ano de 1961 para 151.122 crianças no ano de 2008. A porcentagem entre a matrícula de meninas e de meninos neste programa não variou muito ao longo dos anos e não tem uma diferença significativa, chegando a uma equidade: 46,7% de meninas matriculadas no ano de 1980 e 47,9% de meninas matriculadas no ano de 2008, em relação ao total de crianças matriculadas no programa. O número de matrículas finais dos *Círculos Infantiles* também diminuíram, tendo um crescimento de 1961 (2.415 crianças matriculadas) até 1970 (47.370 crianças matriculadas), em 1980 (91.736 crianças matriculadas), e em 1990 (157.947 crianças matriculadas), porém estes números diminuíram em 2000 (146.669 crianças matriculadas) e decresceram mais ainda em 2008 (129.811 crianças matriculadas).¹⁰⁸

Essa queda nos números nos trazem, ao menos, três hipóteses: seria esta uma diminuição do poder do Estado cubano em investir na educação para os cubanos, como resquício das dificuldades financeiras recentemente enfrentadas? Seria pelo contrário uma melhora no nível de vida das famílias nesse período, o que mostra que muitas mães e suas

105 CÉSAR, Op. Cit., p. 49.

106 É um programa educativo que garante a preparação indispensável para o acesso das crianças a educação primária, além de que nessas instituições se atendem crianças em desvantagem social. OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA, Op. Cit., p. 41.

107 IDEM, Ibidem, p. 44.

108 IDEM, Ibidem, p. 44.

famílias não estão mais em situação de dificuldade financeira e então podem sair do programa e assim menos famílias precisam desse auxílio? Seria uma diminuição geral da sociedade onde menos mulheres têm filhos e assim menos mães existem na sociedade cubana, portanto menos mulheres e crianças necessitam do auxílio?

Passaremos agora ao tema da educação e os níveis que elas atingem para ambos os sexos depois da Revolução. Em 1953, a quantidade de homens e mulheres matriculados em todos os níveis da educação igualava-se, sendo 50,3% de mulheres e 49,7% de homens. Porém, as diferenças são visíveis quando se olha mais atentamente os níveis educacionais. Em muitos casos, encontramos disparidades: os níveis pré-escolar e primário ainda mantinham mais ou menos os 50% em ambos os lados, porém ao chegar ao nível médio estas porcentagens mudam um pouco: na secundária básica o número de mulheres supera bem mais do que o dos homens (64,8% de alunas matriculadas em relação ao total), em formação de professores as mulheres são quase o número total de alunos (93,9% de alunas matriculadas em relação ao total), porém nos níveis pré-universitário (43,4% de alunas matriculadas em relação ao total), técnico e profissionalizante (37,3% de alunas matriculadas em relação ao total) e superior (42,9%) os homens mantêm maioria.¹⁰⁹

Em 1980-1981, o número geral de pessoas que ingressam em todos os níveis da educação aumenta vigorosamente, saindo dos 869.615 alunos totais para 3.213.014 alunos totais, aumentando em 3 vezes o número de homens e mulheres com escolarização. Nesse período a formação de professores diminui muito a disparidade entre os gêneros, chegando a 61,8% de mulheres e 38,2% de homens. O percentual de mulheres com matrícula em níveis onde homens eram maioria, como o pré-universitário (53,2% de mulheres matriculadas em relação ao total), técnico e profissionalizante (45,7%) e superior (48,4%) aumentou de maneira bastante positiva. Modificando estes que antes eram níveis profissionais onde os homens mantinham maioria na década de 80 para níveis onde a paridade de gênero foi praticamente alcançada.¹¹⁰

Nos anos 1990-1991 algumas mudanças pequenas são sentidas, como por exemplo o percentual de alunas em relação ao de alunos nos cursos pré-universitários aumenta (61,7% de alunas matriculadas em relação ao total), o curso de formação de professores tem um importante aumento (83,5%), algo que traz novamente uma disparidade entre os gêneros. No curso de ensino superior as mulheres seguem tendo crescimento de seu percentual em relação

109 IDEM, p.46

110 IDEM, Loc. Cit.

aos homens (57,3%).¹¹¹

Porém, a mudança mais sentida, em vários níveis, com relação a educação, é sentida nos dados dos anos 2000-2001. A quantidade total de alunos inscritos em alguns níveis de escolaridade como o do ensino superior (de 242.434 alunos e alunas matriculadas em 1990-1991 cai para 128.403 alunos e alunas matriculadas em 2000-2001) e do ensino pré-universitário (de 226.121 alunos e alunas matriculadas em 1990-1991 cai para 136.681 alunos e alunas matriculadas em 2000-2001) caem quase para a metade. Porém, mesmo com a queda no número de alunos matriculados nesses níveis escolares mais avançados, não houve maior queda de alunos do que de alunas, ou vice-versa. Em relação aos outros níveis escolares o número de alunos e alunas se mantiveram semelhantes.¹¹²

Nos anos de 2008-2009 com relação aos anos 2000-2001, a porcentagem de meninas sobre meninos não muda muito novamente, mantendo ainda a quase perfeita igualdade numérica em quase todos os níveis escolares. Os únicos dois níveis em que essa igualdade numérica não acontece é na formação de professores, que chega a um número impressionante de 99,9% de meninas matriculadas em relação ao total, e no ensino superior – que além de aumentar muito a quantidade de matrículas, vencendo não só a baixa que ocorre em 1990-1991 como batendo recorde no número de matriculados (710.978 alunos matriculados no total) – garante 63,2% de alunas matriculadas em relação ao total. Isso mostra não só que o governo cubano vence a crise na educação, com a entrada massiva de alunos e alunas no ensino superior como também mostra que as mulheres têm maior oportunidade de ingressar no ensino superior e o ocupam em larga escala.¹¹³

Fazendo um balanço, podemos destacar os avanços gerais para o ensino superior. A relação entre a população diplomada em 1953 era de 0,3% para as mulheres e de 1,1% para os homens. Em 2002 essa proporção modifica-se bastante: 9,1% para as mulheres e 8,5% para os homens.¹¹⁴

Percebe-se nos dados que mesmo com a crise do Período Especial, a educação não parou, mantendo o desenvolvimento educacional da população.¹¹⁵ O mais importante nisso, é que se observa que, com o período de crise em Cuba, não houve grandes perdas para a igualdade entre os gêneros na educação – que se manteve quase 50% em todos os níveis

111 IDEM, Loc. Cit.

112 IDEM, Loc. Cit.

113 IDEM, Loc. Cit.

114 IDEM, Ibidem, p. 50.

115 CÉSAR, Op. Cit., p. 64-65.

escolares. Além disso, manteve a maior parte da população na escola: Cuba, mesmo passando por uma crise, não abandonou a educação como um dos seus objetivos revolucionários principais, conquista democrática da revolução.¹¹⁶ No período de 1990 houve prioridade na política educacional, buscando-se também alternativas aos problemas materiais, mesmo de papel e outros instrumentos didáticos, alimentação para os alunos etc. No Período são registrados mais matrículas do que nos anos anteriores. Porém, houve queda do número de pessoal docente, que saiu do emprego em busca de algo que oferecesse maior vantagem econômica.¹¹⁷

Cuba nos mostra, ao verificarmos alguns dados, o quanto avançou a educação básica no país: sobre a porcentagem de alunos que estavam no primário em relação a todas as crianças cubanas com 6 a 11 anos (a idade comumente aceita para se estar no primário), enquanto em 1953 essa taxa era de apenas 56,1% das meninas e 54,1% dos meninos, em 2008 ela chega a quase totalidade de crianças cubanas, com 99,6% das meninas e 99,3% dos meninos estão na escola. Isso mostra primeiro que diminuiu a diferença entre meninos e meninas na escola, chegando a quase igualdade. Além disso, todas as crianças em Cuba, e, idade escolar, estão na escola, e isso é muito importante.¹¹⁸

A conhecida ênfase dada para a educação e a saúde após a vitória do processo revolucionário se mostra nos dados educacionais, principalmente no momento em que notamos quais profissionais o país está formando. Dos graduados na educação superior em Cuba, as áreas que mais formaram e que vem mantendo o crescimento são as áreas das ciências médicas (1.346 graduados em 1976-1977 e 24.441 graduados em 2007-2008) e da pedagogia (2.464 graduados em 1976-1977 e 23.485 graduados em 2007-2008).¹¹⁹

Especificamente para as mulheres, nosso objeto de interesse, entre 2007 e 2008 as quatro áreas que mais formaram são: em primeiro lugar, as Ciências Médicas, com 81,4% de formadas mulheres do total; as Ciências Econômicas em segundo, com 72,7%; em terceiro lugar, as Ciências Sociais e Humanas, com 71,8%; e, em quarto lugar, a pedagogia, com 70,4%. Isso nos mostra que nas áreas mais importantes para o crescimento da qualidade de vida do país – a educação, a saúde e mesmo a economia – as mulheres são a maioria das formadas, mostrando sua força e importância para a construção da sociedade cubana.¹²⁰

116 OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA, Op. Cit., p. 45.

117 CÉSAR, Op. Cit., p. 75.

118 OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA, Op. Cit., p.46.

119 IDEM, Ibidem, p.48.

120 IDEM, Loc. Cit.

Com relação a formação de profissionais docentes e onde homens e mulheres estão em posição de professores, em 1953 mulheres professoras no Ensino Superior eram pouquíssimas, 12,1%. Na educação pré-escolar e primária, as mulheres representavam 100% e 82,8%, respectivamente, nesse mesmo ano. Temos o decréscimo gradual e constante da quantidade de mulheres em relação proporcional ao mais elevado grau de ensino. Se compararmos esses dados com o ano de 2008, encontraremos uma mudança drástica: na educação superior, por exemplo, as mulheres serão 55,7% do total de professores universitários.¹²¹

Em Cuba, as políticas sociais no campo da educação não se limitaram apenas ao aumento do nível de instrução das mulheres, mas são complementadas com outros programas dirigidos à elevação da cultura geral deste segmento social e para a transformação de sua consciência de gênero.¹²² É o caso da educação sexual para mulheres. Diversos programas de educação popular foram criados, com dinâmicas de grupo, diálogo e com opiniões de integrantes dos grupos, com uma perspectiva de gênero, onde se aplicavam discussões e aconselhamentos sobre a educação sexual de crianças e adolescentes. Ocorriam também preparações de professores em diversas províncias e municípios. Informações sobre sexualidade chegavam à população também através de livros. Esses programas se dedicaram, em um certo momento, no esforço de redução dos índices de aborto voluntário entre adolescentes, bastante elevado.¹²³

3. Mulheres na Ciência

Em um censo realizado no ano de 1953, apenas 13 mulheres em todo o país estavam enquadradas na categoria científica. Quer dizer, anos antes da revolução, um número insignificante de mulheres trabalhavam na área da ciência em toda ilha. Este é um setor em que encontraremos uma mudança bastante drástica. O número de mulheres trabalhando na ciência, em 2008, chegou a 65.965. Este número representa 50% do número total de pessoas que trabalham nessa área em todo o país¹²⁴. Isso é muito significativo: muito nos leva a crer que as mulheres também estão fazendo ciência, em pé de igualdade com os homens em números. É possível dizer que elas estão se qualificando, escrevendo, produzindo, tanto

121 IDEM, *Ibidem*, p. 49.

122 CÉSAR, *Op. Cit.*, p. 135.

123 IDEM, *Ibidem*, p. 137-138.

124 OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA, *Op. Cit.*, p. 34.

quanto os homens na ilha.

Os avanços científicos realizado em Cuba foram tremendos, considerando que anos antes da Revolução quase não havia atividade científica acontecendo no país. Conforme verificamos, este avanço foi desenvolvido com igualdade de participação para homens e mulheres, como nos mostraram os números aqui apresentados. De 1992 a 2006, o número de mulheres que obtiveram título de mestrado chegava a 51,5% do total de mestres em todo o país. No caso dos doutoramentos, entre de 1977 a 2007, 32,5% eram mulheres.¹²⁵ Infelizmente, estes dados são bastante incompletos e nos impossibilitam de chegar em uma conclusão mais clara sobre esse desenvolvimento.

Para compreendermos melhor o papel das mulheres na ciência, temos que levar em conta o fato de que esta é bastante ramificada, com categorias ocupacionais diferentes e hierarquias estabelecidas. Entre algumas dessas áreas estão as categorias investigativas. Estas se referem as categorias de profissionais dedicados especificamente à investigação científica, que requer altos requisitos de capacitação e experiência. Nesta área, mulheres e homens mantém paridade em relação ao número total de profissionais trabalhando, o que não se verifica quando analisamos os diferentes graus da escala hierárquica na produção de conhecimento científico.

Na mais alta destas, a de acadêmico titular¹²⁶, mulheres e homens ainda não alcançaram a igualdade numérica: mulheres em 2008 ocupavam 32,7% do total de cientistas titulares nas categorias investigativas. Nas demais ocupações, inferiores na escala de hierarquia, ocorre uma maior presença feminina: 45,4% das mulheres são auxiliares, 53,8% são agregadas e 60,5% são aspirantes. Mesmo estando em pé de igualdade em relação ao número de mulheres trabalhando na área da ciência investigativa, algumas diferenças ainda se notam ao analisar os números e não podemos desprezar o fato de que elas apareçam menos em posições de liderança e comando.¹²⁷

4. Saúde e direitos reprodutivos em Cuba

Com o triunfo da Revolução em 1959, existiam no país 6.201 médicos e, desse total,

125 IDEM, *Ibidem*, p. 37.

126 Acadêmico titular é aquele profissional vinculado a atividade científico-técnica e que tenha obtido nela resultados relevantes, adquirindo essa condição pelo *Acuerdo del Pleno de la Academia de Ciencias*. IDEM, *Ibidem*, p. 35.

127 IDEM, *Ibidem*, p. 36.

6,5% eram mulheres. O grande investimento de esforços no desenvolvimento da saúde do país, ao fim e ao cabo, colhe seus frutos. Até 2008 esse número aumentou mais de 12 vezes, chegando ao número de 74.552 médicos e, destes, mais da metade são mulheres (58%).¹²⁸ A partir de 1959, começaram de imediato a serem aplicadas medidas importantes como a criação de um ministério da saúde pública, o serviço médico rural, áreas de saúde e as policlínicas. Houve um desenvolvimento grande da docência médica, para tentar compensar a perda massiva de médicos através da emigração, ocorrida nos primeiros anos da revolução. Nesse sentido, a medicina preventiva experimentou um grande avanço, em especial na área de doenças transmissíveis.¹²⁹

Esse esforço traz em si uma marca da experiência revolucionária cubana: a população participa massivamente em seus processos de mudanças, não sendo diferente na saúde, com diversas organizações participando em campanhas bastante amplas de vacinação. A participação popular nas tarefas da saúde não se restringiu às campanhas de vacinação, contudo, e foi desempenhada, principalmente, através da ajuda da FMC, dos *Comités de Defensa de la Revolución* (CDR) entre outras organizações de massa. Graças a esses esforços conjuntos, ocorreu a eliminação de diversas enfermidades, como o tifo, a tuberculose e a desnutrição. Construiu-se inúmeros hospitais e houve melhoria na formação de pessoal qualificado para atender nos postos médicos.¹³⁰ Destaca-se que o atendimento a saúde em Cuba é universal e gratuito, pois é mantido pelo Estado.¹³¹

Algo essencial no alcance da igualdade de gênero é a questão da licença maternidade. Ao buscarmos compreender essa questão, encontramos que em Cuba esse afastamento é garantido com uma legislação bastante avançada, que garante a mãe trabalhadora uma licença de até 1 ano. Além disso, a lei permite a possibilidade de que esse período seja compartilhado com o pai, segundo apenas o desejo e a vontade da família, desde que ressaltado a permanência da mãe com a criança nos primeiros seis meses.¹³²

Passemos para a questão do trabalho nesse campo. No ano de 1980, as mulheres cubanas são minoria numérica em quase todas as especialidades médicas. A única que não segue essa regra é a área de Oftalmologia, que apresenta um percentual de 61,9% de mulheres médicas em relação ao total de médicos da área. Já em 1990 o percentual de mulheres na

128 IDEM, *Ibidem*, p. 58.

129 IDEM, *Ibidem*, p. 56.

130 CÉSAR, *Op. Cit.*, p. 50-51.

131 IDEM, *Ibidem*, p. 52-53.

132 OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA, *Op. Cit.*, p. 57.

medicina aumenta consideravelmente, encontrando-se uma maioria ou igualdade de mulheres em relação a homens em quatro áreas: Anestesiologia, com 59% (40,9% em 1980); Medicina Geral Integrada, com 69,3% (nesta área não é registrada nenhum médico nem médica em 1980); Oftalmologia, com 71%; e Pediatria, com 59,8% (42,2% em 1980). Em 1999, metade das especialidades analisadas tem uma maioria de mulheres trabalhando, o que mostra um grande aumento em relação aos anos anteriores: oftalmologia mantém-se em primeiro lugar, com 72% de mulheres em relação a homens na especialidade, logo depois vem as outras especialidades como a medicina geral integrada (63,2%), pediatria (63,2%), psiquiatria (60,9%) e anestesiologia (59,9%). A área médica onde mais encontramos mulheres atuando em 2008 ainda segue sendo a oftalmologia, com 73%. O restante dos percentuais variam pouquíssimo em relação ao ano de 2000.¹³³

Um dado importante de ser lembrado é que entre os anos 1990 e 1999 o número de médicos nas áreas não diminuiu seu número de maneira relevante, o que nos leva a considerar Cuba como um país que valoriza e reconhece a importância da saúde para a sua população, pois mesmo passando por uma das maiores crises de sua história, mantiveram o esforço de garantir as necessidades essenciais da população. No caso da saúde, permanecendo quase intacta, ao menos no que se refere ao número de profissionais.¹³⁴

Embora não esteja diretamente relacionada com a nossa pesquisa, é importante destacar que a mortalidade infantil em Cuba sofreu um profundo decréscimo, atingindo um dos menores níveis mundiais: em 1960 os dados que se tem é de que a cada 100 nascidos vivos, 3,7% das meninas e 4,2% dos meninos morriam. Em 1980 esses números já caíram significativamente para 1,7% das meninas e 2,1% dos meninos, respectivamente. No ano de 2008, Cuba obteve a taxa de 0,4% das meninas e 0,5% dos meninos.¹³⁵

Mas retornemos para a mulher cubana. Com relação a prevenção e preocupação com cuidados destas, desde o ano de 1970 até 2008, o número de mulheres examinadas para verificar o surgimento do câncer de colo de útero aumentou de 176.307 para 709.700 mulheres. Em relação a idade das examinadas, estabelecendo uma comparação entre 1997 para 2008, temos: de 10% para 18,3% das mulheres entre 25-29 anos foram examinadas, nessa faixa de idade; de 13,1% para 25,2%, entre 30-34 anos; de 11,4% para 25,4%, entre 35-39 anos; e de 6,6% para 14,3% de mulheres examinadas com 40 anos ou mais.¹³⁶ Levando em

133 IDEM, *Ibidem*, p.59.

134 IDEM, *Loc. Cit.*

135 IDEM, *Ibidem*, p. 60.

136 IDEM, *Ibidem*, p. 62.

consideração que essa evolução ocorre no intervalo de onze anos mais posterior de nosso recorte temporal, é possível observar que existe um esforço recente para a melhoria desses indicadores. A fonte não apresenta esse quadro comparativo para antes de 1997 – apenas nos números gerais –, o que nos impede de fazer uma análise mais precisa. Ainda assim o desenvolvimento citado pode ser organizado na tabela abaixo:

Tabela II – Evolução do tratamento preventivo do câncer de colo de útero¹³⁷ (em %):

	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	mais de 40 anos
1970	10	13,1	11,4	6,6
2008	18,3	25,2	25,4	14,3

Mesmo com a crise da década de 1990, na área da saúde, os objetivos do socialismo cubano não mudaram, de “continuar levando em conta as necessidades e tentando resolver os problemas mais agudos que começaram a afetar a qualidade de vida da população”.¹³⁸ Porém, mesmo assim, o nível de saúde da população caiu no período. Houve queda na situação ambiental, com menos água potável e menor controle sanitário de excrementos sólidos, mais mortes por enfermidades infecciosas e parasitárias e de caráter transmissível. A redução dos recursos para a área da saúde também diminuiu o número de médicos no atendimento, mesmo com maior gasto na saúde pública por parte do Estado nesse período.¹³⁹ Apesar dos problemas enfrentados com a baixa da qualidade da saúde da população cubana durante o Período Especial, a grande maioria dos indicadores de saúde durante essa crise são melhores do que os presentes em muitos dos países industrializados da época.¹⁴⁰

Isso pode ter se dado, em muito, pelo fato de que, mesmo com a crise e suas medidas de redução do déficit fiscal, gastos sociais seguiram crescendo, especialmente no que diz respeito à assistência social e seguridade. Criaram-se, nesse período, diversos programas assistenciais, com benefícios para camadas da sociedade com maior dificuldade na crise, como mães solteiras, idosos e deficientes, a “população em risco”.¹⁴¹ Apesar dos altos custos trazidos pela crise, permaneceu o comprometimento na universalização e gratuidade do atendimento médico no país.¹⁴²

137 OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA, loc. cit.

138 CÉSAR, Op. Cit., p. 78.

139 IDEM, Ibidem, p. 79.

140 IDEM, Ibidem, p. 80.

141 IDEM, Ibidem, p. 82-83.

142 IDEM, Ibidem, p. 84.

Se nos preocupamos em compreender a situação da mulher no contexto da experiência cubana, é essencial que nos perguntemos de que modo se apresentou, em se tratando da saúde, as temáticas da sexualidade e dos direitos reprodutivos. Nesse sentido, é importante salientar que os serviços cubanos oferecidos de saúde sexual e reprodutiva são gratuitos e cobrem todos os níveis de atendimento, chegando a todas as regiões do país. O atendimento com qualidade está garantido com instituições que cobrem quase todos os serviços desta área de práticas médicas.¹⁴³

Sobre a questão do aborto, salientamos que ele é autorizado bem precocemente, no ano de 1965, logo nos primeiros anos após a vitória revolucionária. Ocorre um aumento bastante grande no número de abortos realizados entre 1970 até 1990, quando o número foi de 70.521 (representando 24,2% do total de mulheres grávidas) abortos para 147.530 (representando um total de 43,9% do total de mulheres grávidas, número este que é bastante alto). A partir de 1990 até 2008 o número, felizmente, decaiu até chegar próximo ao número registrado em 1970, chegando a 74.843 (representando 37,8% do total de mulheres grávidas).¹⁴⁴ É possível dizermos que o aborto seja uma prática amplamente disseminada na população e, em alguns momentos, com números bastante elevados, o que mostra-se um problema a ser enfrentado com uma maior educação sexual e a prática mais disseminada de métodos contraceptivos, sobre o qual falaremos a seguir.

Passando para os métodos contraceptivos utilizados no país, a taxa de mulheres que utilizam o DIU (dispositivo intra-uterino) diminuiu de 70% para 52% do total de mulheres que realizam algum método para não engravidar, entre os anos de 1993 até 2008. Em compensação o número de mulheres que começam a utilizar a pílula passou de 2,5% para 10,4%, entre os anos de 1993 até 2008. A esterilização feminina diminuiu de 21% para 19,8% de mulheres, e a camisinha aumentou seu uso de 4% para 12,8%. Esses números demonstram que métodos mais modernos e mais práticos começam a serem usados pelas cubanas, algo bastante positivo. O total de mulheres que passam a utilizar métodos para não engravidar aumentou, somente entre os anos de 1993 e 2008, de 70% para 77,3% do número total, o que demonstra também a importância que as mulheres passam a dar ao controle do número de filhos, assim gerando maior autonomia e liberdade para si mesmas.¹⁴⁵

Sobre a questão da mulher e a libertação sexual em Cuba, este é um campo onde os

143 IDEM, *Ibidem*, p. 140.

144 IDEM, *Ibidem*, p. 63.

145 IDEM, *Loc. Cit.*

avanços e conquistas são significativas. Desde 1959 ocorre esse processo de avanços, com a diminuição em importância da Igreja Católica, o incremento do nível educacional, a incorporação feminina em organizações sociais e de massas e o rechaço a valores morais tradicionais. A lista de direitos obtidos nesse âmbito é grande:

derecho a la libertad sexual; a la autonomía, integridad y seguridad sexual del cuerpo; a la privacidad; a la equidad; al placer, a la expresión sexual emocional y a la libre asociación; a la atención de la salud sexual y a la interrupción del embarazo; a la educación sexual integral, etc.¹⁴⁶

Os esforços na libertação sexual da mulher cubana passam por um organismo fundamental. Criado em 1982, com o nome de *Grupo Nacional de Trabajo de Educación Sexual* (GNTES), em 1989 passa a denominar-se *Centro Nacional de Educación Sexual* (CENESEX). Sua diretora é Mariela Castro, filha de Vilma Espin com Raul Castro. O Centro tem como principal objetivo disseminar e executar cursos, campanhas e diversas atividades no âmbito da educação sexual, da diversidade, e da violência contra a mulher desde a perspectiva de gênero.¹⁴⁷ O CENESEX desenvolve distintas iniciativas para introduzir mudanças no *Código de Familia* de 1975 e na legislação. Recentemente, em 2008, a CENESEX reivindicou para que o sistema de saúde assumisse como gratuitas as operações de mudança de sexo, tendo como atuais objetivos a legalização do matrimônio homossexual, a adoção e a inseminação para esses casais.¹⁴⁸

5. Participação política da mulher.

Na história de Cuba, a participação das mulheres na vida política do país sempre foi algo bastante diminuto. No ano de 1933, Antonio Guiteras, em seu governo de 100 dias, chama para serem prefeitas as duas primeiras mulheres da história de Cuba a assumirem o cargo. Esse ato rompe pela primeira vez com a forma tradicional como a política cubana vinha sendo feita. Em 1934 as mulheres cubanas conquistam, depois de muitas lutas do movimento sufragista feminista e das mulheres em geral, o direito de votarem e serem eleitas, sem restrição alguma. Em 1936 ocorre a primeira eleição onde as mulheres participaram ativamente. Foram eleitas 8 mulheres, mas é claro que para chegar tão longe só ocupando uma

146 MACÍAS, Op. Cit., p. 27.

147 IDEM, Loc. Cit.

148 IDEM, Op. Cit., p. 28.

posição social elevada e contando com recursos suficientes para custear a campanha.¹⁴⁹ Antes da Revolução, a mulher possuía dois papéis apenas, como objeto de prazer e como escrava da família e do lar. A necessidade, por vezes, relegou a elas trabalhos mais penosos e menos remunerados do que dos homens. Claro que assim não era só em Cuba mas em vários outros países, pois o capitalismo mantém essa posição degradante e desigual sobre a mulher.¹⁵⁰

Com o triunfo da Revolução em janeiro de 1959, começam a se desenvolver programas com metas para o crescimento e desenvolvimento pleno e humano do país, e dentro dessas metas, se encontra sempre como um dos principais objetivos o da igualdade de gênero. Sobre a presença da mulher na tomada de decisões em Cuba, ocorrem inúmeras mudanças e melhorias na vida política, com seu ingresso em larga escala em todas as esferas de participação.¹⁵¹

O tema da participação das mulheres cubanas em espaços públicos nos mostra muitos avanços. As estatísticas impressionam, em comparação com outros países latino-americanos, com presença forte em lugares quase negados a mulheres de outros países. Porém, segundo Bobes, estes números nem sempre implicam maior liderança feminina. Em alguns casos elas estão em maior número mas não nos cargos dirigentes.¹⁵² Ainda que a participação feminina em Cuba tenha suas raízes já na época colonial, mesmo que embrionariamente, não há dúvidas de que com a Revolução de 1959 e o socialismo estabelecido há elevação dessa participação a um nível máximo.¹⁵³

Passemos para os dados. Em 1976 – ano da institucionalização do Poder Popular e, por conseguinte, das primeiras eleições após a revolução –, mulheres delegadas eleitas para as Assembleias Municipais formavam 8% do total de delegados eleitos. Em 1986 a participação feminina modifica-se, com 17,1%. Em 1997 a situação geral não muda muito, com 17,9%. Finalmente, em 2007, a participação se amplia para 27,3% de delegadas eleitas. Nas Assembleias Provinciais, os dados são os seguintes: em 1976, 17,2%; em 1986, 30,7%, uma grande melhora; em 1997, 28,7%; e em 2007, 40,6%.¹⁵⁴ Por fim, na Assembleia Nacional do Poder Popular, a representatividade feminina se apresentou da seguinte forma: em 1976, 21,8%; em 1986, 34,3%; em 1997, 27,6%; e em 2007, chega-se a expressivos 43,3%.¹⁵⁵ Os

149 OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA, Op. Cit., p. 92.

150 CÉSAR, Op. Cit., p. 88-89.

151 OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA, Op. Cit., p. 76

152 BOBES, Op. Cit., p. 99.

153 IDEM, Ibidem, p. 100-101.

154 OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA, Op. Cit., p. 80.

155 IDEM, Ibidem, p. 81.

dados estão sintetizados na tabela abaixo:

Tabela III – Evolução da representatividade feminina, na condição de delegadas eleitas, nas respectivas Assembleias do Poder Popular (em %):

	1976	1986	1997	2007
Municipais	8	17,1	17,9	27,3
Provinciais	17,2	30,7	28,7	40,6
Nacional	21,8	34,3	27,6	43,3

Se levarmos em consideração o fato de que a única eleição direta em todo esse processo ocorre para as Assembleias Municipais (se dando, após isso, eleições indiretas nestas para as Provinciais e Nacional), é curioso observar que a maior representatividade feminina seja, justamente, onde o processo eleitoral se dá por via indireta.

Além disso, nas eleições posteriores ao Período Especial, como podemos perceber, houve decréscimo do número de mulheres na política em Cuba, em todos os níveis, municipal, provincial e nacional. Sobre esse decréscimo, segundo Suárez, a FMC empreendeu em 1993 um conjunto de ações, de trabalho direto com as mulheres nas comunidades, com o objetivo de que estas reconheçam seus valores e capacidades, e a necessidade de uma maior representação de mulheres nos cargos de direção; apoio às delegadas que estavam no cargo e a divulgação das vitórias dessas mulheres e das dirigentes nos órgãos do Poder Popular nos diferentes níveis. Além disso, o tema da promoção da mulher foi bastante abordado no VI Congresso da FMC. No ano de 1996, elabora-se uma estratégia de promoção destas.¹⁵⁶ De certa forma, parece que a *Federación* se antecipava aos maus resultados que ocorreriam nas eleições de 1997. Porém, já no final da década de 1990, quando a crise do Período torna-se menos terrível, logo os níveis de participação da mulher nas assembleias do Poder Popular crescem.

De um modo geral, podemos dizer que é bastante positiva a participação feminina na política cubana, ao menos quando analisamos numericamente para a proporção entre homens e mulheres de delegados eleitos. Não sem motivo, no ano de 2009, Cuba está em quarto lugar no ranking de países com maior participação feminina nos parlamentos nacionais, com 43,3% de mulheres representadas, logo atrás de Ruanda, com 56,3%, em primeiro lugar; em segundo lugar está a Suécia, com 47%; e em terceiro está a África do Sul, com 44,5%.

156 SUÁREZ, Loc. Cit., p. 19.

Entre 1992 a 2009, o número de mulheres presidentas e vice-presidentas em conselhos populares em Cuba aumentou mais em relação ao número de homens nos mesmos cargos, passando de 14,1% para 28,9% no cargo de presidenta e de 15,2% para 34,6% no cargo de vice-presidenta.¹⁵⁷ Para os cargos de Presidente, Vice-presidente e Secretário nas Assembleias Municipais do Conselho Popular em 2009, mulheres representam respectivamente, 20,1%, 28% e 59,2% do total. Nas Assembleias Provinciais encontramos uma situação mais desoladora, 7,1% é a porcentagem de mulheres presidentas, 7,1% é a porcentagem de mulheres vice-presidentas e 50% é a porcentagem de mulheres secretárias.¹⁵⁸ Percebemos com esses dados que quanto mais sobe-se na hierarquia, menos mulheres encontramos. Ainda que os números sejam bastante positivos em relação ao que se tinha em décadas anteriores, isso demonstra o quanto o país precisará avançar ainda mais nesse sentido, na busca da igualdade plena e uma representação mais fiel da proporção entre homens e mulheres na sociedade. A quantidade de ministras e vice-ministras em Cuba continua sendo abaixo dos 50%, com 25,9% de ministras em relação ao total de ministros no país, e 39,2% de vice-ministras em relação ao total de vice-ministros no país.¹⁵⁹

Ao falar sobre a representação e participação de mulheres na política cubana, é imprescindível focarmos mais atentamente na FMC. Do primeiro ao último congresso desta organização, o número de federadas só aumentou, partindo das 376.591 mulheres em 1962, para as 4.205.091 (88,1% do total de mulheres no país) em 2009; de 1.932.422 (74%) em 1974, para 2.362.559 (80%) em 1980; 2.764.960 (83,5%) federadas em 1985, para 3.510.779 (85,2%) participantes em 1990; 3.465.402 (82,3%), em 1995, sofrendo pequena queda no número de federadas, até 3.729.479; (82,5%) em 2000.¹⁶⁰ Durante a crise percebemos a diminuição no número de federadas no país, porém, até 2009, a FMC conseguiu retomar um número bastante grande de mulheres participando da organização.

Com relação a participação feminina em organizações sociais para além da FMC, segundo Bobes, sua presença é bastante grande.¹⁶¹ Sendo assim, ao falar da participação política da mulher cubana também é essencial que se fale de outras três organizações de massas em Cuba, importantíssimas dentro do país: o *Comité de Defensa de la Revolución* (CDR); a *Central de Trabajadores de Cuba* (CTC) e a *Unión de Jóvenes Comunistas* (UJC).

157 OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA, Op. Cit., p. 82.

158 IDEM, Ibidem, p. 83.

159 IDEM, Loc. Cit.

160 IDEM, Ibidem, p. 84.

161 BOBES, Op. Cit., p. 106.

Em todas essas organizações de massas a participação das mulheres é importante e quantitativamente significativa.

Nas Direções Municipais do CDR, o número de mulheres membras do secretariado é de 594, 44,8% do total de pessoas nessa função; o número de mulheres como coordenadoras é de 60, 35,5% do total. Nas Direções Provinciais a proporção entre mulheres e homens se mantém relativamente próxima, com 43,3% de mulheres membras do secretariado e 21,4% de mulheres coordenadoras. Nas Direções Nacionais os números são bem mais satisfatórios, com 47,15% de mulheres membras do secretariado.¹⁶²

Na CTC encontram-se números melhores, com 57,1% de mulheres Dirigentes de Seções Sindicais em 2005. Dirigentes de oficinas sindicais mulheres representam 56,5%, um aumento considerável desde 1990 (41%). Mulheres ocupando cargos profissionais do movimento sindical também mantém a maioria, com 58,9% em 2005, maior que a porcentagem do ano de 2001, de 51,5%.¹⁶³

A UJC, no ano de 1962, ainda não possuía nenhuma mulher sequer em seu Congresso. Em 1972 estão ao todo 15 mulheres no Congresso, um total de 11,6% de mulheres do total de participantes. Em 1977 a proporção aumenta, com 18,1% de mulheres participantes. No ano de 1982 aumenta-se ainda mais essa proporção, com 25,1% de mulheres. Nos congressos seguintes esses números passam para 34,3% em 1987, 25,7% em 1998, uma leve queda registrada, mas que é superada em 2004, com 42,8% de mulheres no Congresso da UJC. Nos quadros de aparato auxiliar da UJC, desde 1962 as mulheres ocupam cada vez mais espaço, indo de 8,3% naquele mesmo ano para 17,7% em 1970, 19,6% em 1980, 34,4% em 1990, 37,9% em 2000 e, o número recorde até então, de 43,6% em 2005.¹⁶⁴

É indiscutível, segundo Suárez, o salto histórico que tomou o acesso das mulheres a cargos políticos e de direção, desde 1959. Ao longo dos anos, foram muitos avanços que possibilitaram uma maior presença feminina nos postos de direção em todos os níveis. Se esses indicadores não são mais positivos, podemos levantar alguns fatores explicativos possíveis: sobrecarga real que sofrem nas tarefas do lar e dos cuidados com os filhos e outros familiares, devido à permanência em muitas famílias da divisão tradicional de tarefas por sexo; fatores ideológicos e culturais, por ser constatado a persistência de manifestações de machismo em forma de preconceitos e estereótipos, que desvalorizam a mulher ao considerar

162 OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA, Loc. Cit., p. 85.

163 IDEM, Ibidem, p. 86.

164 IDEM, Ibidem, p. 88.

que não é totalmente capaz e com o temor de que elas não consigam conciliar as funções de direção com a maternidade e as tarefas domésticas etc.¹⁶⁵

Isto exposto, pode-se concluir que existem condições e possibilidades de um maior acesso das mulheres ao poder em Cuba. Isso depende, segundo a Suárez: da eliminação de estereótipos sexistas que prendem a mulher a papéis tradicionais de esposa e mãe, condições que provocam uma distribuição desigual de tarefas domésticas e limitam a valorização de suas possibilidades de exercer postos de direção; dirigentes e funcionários de todos os níveis de direções estatais, das organizações políticas e comunitárias precisam se desalienar e se sensibilizar para as questões de gênero; devem haver melhorias dos serviços de apoio no lar, que aliviem a carga de responsabilidades domésticas sobre o cuidado dos filhos e filhas; é necessário, também, o desenvolvimento da capacitação técnica, profissional e de direção da mulher para um maior acesso a emprego a aos postos de direção; além de tudo isso, principalmente, as mulheres também devem estar sensibilizadas nos assuntos de gênero e do que significa a busca pela sua própria liberdade.¹⁶⁶

Apesar das mudanças ocorridas na situação real da mulher cubana, como a ativa participação na política do país e da igualdade estabelecida na legislação, não podemos ignorar que as transformações na subjetividade das pessoas, nos padrões socioculturais de conduta e de relações entre os gêneros, são muito mais lentas. É necessário um sólido e sistemático trabalho ideológico e educativo para criar as bases da cultura de igualdade social entre homens e mulheres.¹⁶⁷ Mas, ao fim e ao cabo, analisando os dados estatísticos, percebe-se que essas políticas sociais de Cuba influenciaram sobre a qualidade de vida e da participação da mulher, mais positiva que negativamente. “Quando se realiza um balanço do resultado alcançado pela mulher cubana, este é positivo”.¹⁶⁸ Como antes da Revolução a mulher estava em desvantagem com relação aos homens, lançou-se política específica para ajudar a mulher e assim alcançar a igualdade de gênero. “O fato de entender que havia uma luta específica articulada com a luta geral, foi o primeiro elemento que se concretizou no enfoque de gênero.”¹⁶⁹

165 SUÁREZ, Op. Cit., p. 23.

166 IDEM, Ibidem, p. 24.

167 IDEM, Ibidem, p. 16.

168 CÉSAR, Op. Cit., p. 123.

169 IDEM, Ibidem, p. 124.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim de nossa exposição, parece estar claro que não foram poucas as mudanças trazidas com a experiência revolucionária cubana para a vida das mulheres em sociedade. Nas mais distintas esferas da sociabilidade, encontramos dados que apontam para uma melhora geral no contexto dessas transformações, com maior ou menor avanço conforme o caso específico e o período citado. Nesse sentido, fica claro que o Período Especial foi gerador de alguns obstáculos e, eventualmente, retrocessos. Porém, em um âmbito geral, é possível dizer que houve a manutenção das conquistas sociais e políticas mesmo nesse contexto tão adverso.

O uso de um referencial teórico marxista para se pensar a questão da emancipação da mulher se mostrou uma ferramenta bastante valiosa. Além disso, ao fim do trabalho, podemos compreender que, se o socialismo não traz mecanicamente o fim da opressão contra a mulher – como muito se pensou, equivocadamente –, ele se mostrou, em Cuba, como gerador das condições essenciais para que essas mudanças fossem possíveis, tanto ideologicamente, quanto materialmente. Em muito, isso parece ter se dado justamente pelo fato de que essas mudanças não foram pensadas a partir de uma perspectiva determinista, mas sim de uma contante elaboração criativa e original. Não só elaboraram-se políticas sociais específicas para a população em situação de fragilidade, no geral, como foram desencadeadas medidas que visavam especificamente reparar a desfavorável situação que a mulher encontrava no seio da sociedade.

Além disso, a FMC parece ter sido uma organização fundamental nesse processo, fazendo com que a sua contribuição não possa ser desprezada. O seu trabalho junto a população, em todos os estratos da sociedade e espaços do país (municipal, provincial e nacional), bem como servindo como mediadora entre os interesses e necessidades mais essenciais da população feminina e o governo cubano, parece ter sido chave. Exemplo disso foi sua atuação durante o Período Especial, trabalhando ativamente no sentido de minorar os impactos que esse momento histórico gerou na população e, mais precisamente, para a mulher cubana, consequência direta da permanência do machismo na sociedade como um todo.

De um modo geral, as conquistas podem ser consideradas como bastante expressivas. É o exemplo da anteriormente citada participação política, que alçou Cuba ao quarto lugar mundial em se tratando da representatividade feminina nas assembleias nacionais. Mesmo além da política, temos inúmeros casos de avanços que superam, em muito, países capitalistas

nos mesmos momentos históricos, incluindo-se aí nações do capitalismo central. É o caso, por exemplo, da ampla implementação do direito ao aborto e do acesso aos métodos contraceptivos, universais e gratuitos.

Apesar disso, não resta dúvida de que ainda existem longos avanços a serem desenvolvidos para que Cuba atinja a plenitude na igualdade de gênero. Um exemplo disso é a relação desigual que existe no âmbito privado, doméstico, com a permanência da dupla jornada de trabalho majoritariamente para as mulheres que, apesar de inúmeras medidas do Estado e da FMC, encontram resistência por parte da população para a sua aceitação. Seja como for, podemos sintetizar ao menos duas conclusões: em primeiro lugar, que as reivindicações relacionadas à igualdade de gênero começam a ser atendidas, mesmo que parcialmente, de forma bastante precoce, logo nos primeiros anos após a vitória revolucionária; e, em segundo lugar, que Cuba se mostrou capaz de manter suas conquistas, e mesmo avançá-las, durante momentos bastante adversos para o país como um todo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fonte

OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Mujeres cubanas**: estadísticas y realidades 1958-2008. La Habana: ONE, FMC e UNFPA, 2010.

2. Referências bibliográficas

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

BAMBIRRA, Vania. **La Revolución Cubana**: una reinterpretación. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1974.

BOBES, Velia Cecília. **Participación vs. Identidad**: mujeres em el espacio público cubano. Distrito Federal (México): Perfiles Latinoamericanos (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales), núm. 15, 2000.

CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Mulher e política social em Cuba**: o contraponto socialista ao bem-estar capitalista. Brasília: Edições Alva, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo**: a Revolução Cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, estado e revolução**: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. São Paulo: Iskra Edições, 2014.

GOTT, Richard. **Cuba**: uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LABICA, Georges. **Democracia e Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LEACOCK, Eleanor. **Interpreting the Origins of Gender Inequality**: Conceptual and Historical Problems. Amsterdam: Elsevier Scientific Publishing Company, 1983.

- _____. Pós-fácio: Introdução à edição estadunidense. In: ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MACÍAS, Joseba. **Revolución Cubana: Mujer, Género y Sociedad Civil**. Disponível em <<http://www.vientosur.info/documentos/Cuba%20%20Joseba.pdf>>. Consultado em 20/10/2015.
- MARTORANO, Luciano Cavini. **Conselhos e Democracia: em busca da socialização e da participação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARX, ENGELS e LENIN. **Sobre a mulher**. Coleção bases 17. São Paulo: Global editora, 1981.
- MORAES, Josiane. **O processo de formação e institucionalização do Serviço Social como profissão em Cuba**. São Paulo: Serv. Soc. Soc., n. 108, out./dez. 2011.
- PEREIRA, Igor Martin. **Mambisas, feminismo e identidade nacional feminina cubana**. Epígrafe, São Paulo, Edição Um, 2014.
- SADDI, Rafael & MELO, Érica Isabel. **Gênero e Revolução Cubana: reflexões sobre as relações de gênero no Exército Rebelde**. Marnigá: Diálogos, v. 16, n. 13, sext.-sez./2012.
- SADER, Emir. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Ed. Moderna, 1985.
- _____. **Che Guevara – Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. **Cuba: um socialismo em construção**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos & ARAS, Lina Maria Brandão de. **Gênero e Revolução: o novo homem e a nova mulher na revolução cubana**. João Pessoa: III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: olhares diversos sobre a diferença, 2011.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

STABILE, Carol A. “Pós-modernismo, feminismo e Marx: notas do abismo”. In: WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy (orgs.). **Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

SUÁREZ, Mayda Alvarez. **Mujer y poder en Cuba**. La Habana: Temas, no. 14: 13-25, abril-junio de 1998.

VASSI, Cássia D. **Cuba pós-revolução: Estado, Leis e Mulheres**. Campinas: Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2006.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.